



PARANÁ



GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA FAZENDA



**RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ**



AMF
ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO
FAZENDÁRIA

BOOK DE PROCESSOS

SEFA/PR 2022

REALIZAÇÃO

Renê Garcia Jr.

Secretário de Estado da Fazenda

Eduardo M. L. Rodrigues de Castro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Fazenda

Luiz Lourenço de Mello Filho

Chefe da Assessoria de Modernização Fazendária

ELABORAÇÃO:

Rafael Hammerschmidt Estrugala

Auditor Fiscal da REPR

Vanessa Yasmin Lukavei Inacheski

Assessora da Assessoria de Modernização Fazendária



AMF
ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO
FAZENDÁRIA



**RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA



CONTEÚDO

01 Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM)

- 1.1 O que é BPM?
- 1.2 Princípios Fundamentais
- 1.3 Ciclo de Vida
- 1.4 Tipos de Processos
- 1.5 O BPM na SEFA/PR

02 Da Cadeia de Valor à Arquitetura de Processos

- 2.1 O que é Cadeia de Valor?
- 2.2 A Cadeia de Valor de Processos na SEFA/PR
- 2.3 O que é Arquitetura de Processos?
- 2.4 A Arquitetura de Processos da SEFA/PR
- 2.5 Fichas Executivas dos Processos da SEFA/PR



AMF
ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO
FAZENDÁRIA



RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ



01 Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM)

1.1 O que é BPM?

1.2 Princípios Fundamentais

1.3 Ciclo de Vida

1.4 Tipos de Processos

1.5 O BPM na SEFA/PR

1.1 O que é BPM?

O Gerenciamento de Processos de Negócio (*Business Process Management* – *BPM*) é uma **abordagem** de gerenciamento disciplinada **para identificar, projetar, executar, documentar, medir, monitorar e controlar processos de negócio**, tanto automatizados, como não automatizados, **para alcançar resultados consistentes e direcionados, alinhados aos objetivos estratégicos da organização.**

O BPM envolve a definição deliberada, colaborativa e, cada vez mais, assistida, por tecnologia, melhoria, inovação e gerenciamento de processos de negócio de ponta a ponta que direcionam resultados de negócio, criam valor para os clientes e permitem que uma organização atinja seus objetivos de negócio com mais agilidade.

É uma disciplina de gestão que trata os processos de negócio como ativos organizacionais, pressupondo que os objetivos organizacionais possam ser alcançados por meio da definição, engenharia, controle e dedicação, principalmente da liderança, à melhoria contínua dos principais processos de negócio multifuncionais da organização.



1.2 Princípios Fundamentais

Os itens a seguir são os princípios básicos de BPM e devem estar à frente de qualquer prática ou iniciativa organizacional orientada ao gerenciamento de processos:

- Mudança no negócio é uma disciplina e requer uma gestão orientada ao desempenho;
- As mudanças no negócio devem envolver todas as partes interessadas envolvidas no processo;
- As mudanças nos processos de negócio devem ser abordadas de fora para dentro, ou seja, orientada ao cliente;
- Os processos de negócio devem ser gerenciados holisticamente em qualquer organização;
- As mudanças no negócio devem estar vinculadas aos critérios definidos pelas partes interessadas;
- As mudanças nos processos de negócio devem estar alinhadas à estratégia corporativa e às métricas do plano operacional;

- A organização deve segmentar os principais processos multifuncionais que entregam valor ao cliente e, para tanto, pode utilizar-se, por exemplo, da abordagem de Cadeia de Valor ou da Abordagem de Arquitetura Organizacional;
- As mudanças no negócio se referem tanto às pessoas, quanto aos processos;
- Os processos de negócio devem ser gerenciados continuamente em um modelo de ciclo de vida;

Por fim e, talvez, o mais importante:

- **Gerenciamento de Processos de Negócio é uma Jornada, não um destino.**



1.3 Ciclo de Vida

A prática gerencial de BPM segue um processo ou ciclo de vida de atividades BPM integradas em fases e áreas de conhecimento que incluem

- **Alinhar estratégia e metas:** fase que se concentra no alinhamento do processo à estratégia e aos objetivos organizacionais;
- **Arquitetar mudanças:** fase responsável por abrigar desde a modelagem de processos, passando pela análise, desenho e medição de desempenho de processos, até transformação, a qual pode (ou não) estar ao abrigo de tecnologias novas ou legadas;
- **Desenvolver iniciativas:** fase que trata da transformação e da organização dos processo de negócio
- **Implementar mudanças:** fase que abrange desenho organizacional, treinamento profissional, *Go Live* e estabilização da tecnologia; e
- **Medir sucesso:** fase que abrigar o gerenciamento corporativo de processos de negócio.



1.4 Tipos de Processos

Há três tipos de processos de negócio ponta a ponta:

- Processos primários (também denominados processos “core” ou “principais”);
- Processos de Suporte; e
- Processos de Gerenciamento.

Os processos primários são processos multifuncionais de ponta a ponta, que entregam valor diretamente aos clientes. São geralmente chamados de processos principais, pois representam as atividades essenciais que uma organização executa para cumprir a sua missão. Esses processos formam uma Cadeia de Valor, em que cada etapa agrega valor à etapa anterior, o que é medido por sua contribuição para a criação ou entrega de um produto ou serviço.

Os processos de suporte são projetados para apoiar os processos primários, geralmente, gerenciando recursos ou infraestrutura exigidos pelos processos primários. A principal diferença entre os processos de suporte e os processos primários é que os processos de suporte não entregam valor, diretamente, aos clientes.

Os processos de gerenciamento são utilizados para medir, monitorar e controlar atividades de negócio. Eles garantem que um processo primário ou de suporte atenda às metas operacionais, financeiras, regulatórias, legais. Não agregam valor, diretamente, aos clientes, contudo, são necessários para garantir que uma organização opere de maneira eficaz e eficiente.



1.5 O BPM na SEFA/PR

O BPM na SEFA/PR, de responsabilidade da Assessoria de Modernização Fazendária (AMF), consiste em um conjunto de ações voltadas à construção de soluções coletivas orientadas à modernização da gestão fazendária.

Adicionalmente, o BPM na SEFA/PR pode ser entendido como uma ação sistêmica, associada à melhoria contínua da organização, pautada na melhoria dos processos e com atuação integrada ao Planejamento estratégico da SEFA/PR

A iniciativa para o Gerenciamento de Processos de Negócio pode gerar resultados significativos no desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão. Também pode possibilitar o entendimento, análise e o aprimoramento das rotinas, com vistas a garantir a eficiência, eficácia, efetividade e a legalidade dos serviços prestados.

À medida que os resultados são alcançados, a necessidade de aprimoramento dos métodos de trabalho impulsiona o Escritório

de Processos da SEFA/PR na evolução da metodologia empregada nas iniciativas de melhoria e transformação de processos.

Visite o portal da SEFA/AMF



<http://www.amf.fazenda.pr.gov.br/>

Fonte: SEFA/PR: Metodologia de Gestão de Processos de Negócio



AMF
ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO
FAZENDÁRIA



**RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

CONTEÚDO

01 Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM)

- 1.1 O que é BPM?
- 1.2 Princípios Fundamentais
- 1.3 Ciclo de Vida
- 1.4 Tipos de Processos
- 1.5 O BPM na SEFA/PR

02 Da Cadeia de Valor à Arquitetura de Processos

- 2.1 O que é Cadeia de Valor?
- 2.2 A Cadeia de Valor de Processos na SEFA/PR
- 2.3 O que é Arquitetura de Processos?
- 2.4 Fichas Executivas dos Processos da SEFA/PR



AMF
ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO
FAZENDÁRIA



RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ



02

Da Cadeia de Valor à Arquitetura de Processos

2.1 O que é Cadeia de Valor?

2.2 A Cadeia de Valor de Processos na SEFA/PR

2.3 O que é Arquitetura de Processos?

2.4 Fichas Executivas dos Processos da SEFA/PR





2.1 O que é Cadeia de Valor?

Originalmente identificada no livro Vantagem Competitiva, escrito por Michael Porter, em 1985, **a Cadeia de Valor é um modelo genérico** (adaptável a todas às organizações) **que descreve**, em página única, **a sequência de atividades**, principais e de suporte, **capazes de gerar valor**, direta ou indiretamente, **para clientes**.

A Cadeia de Valor dos Processos de Negócio de toda a organização é uma maneira de observar a cadeia de atividades (processos) que geram valor ao cliente.

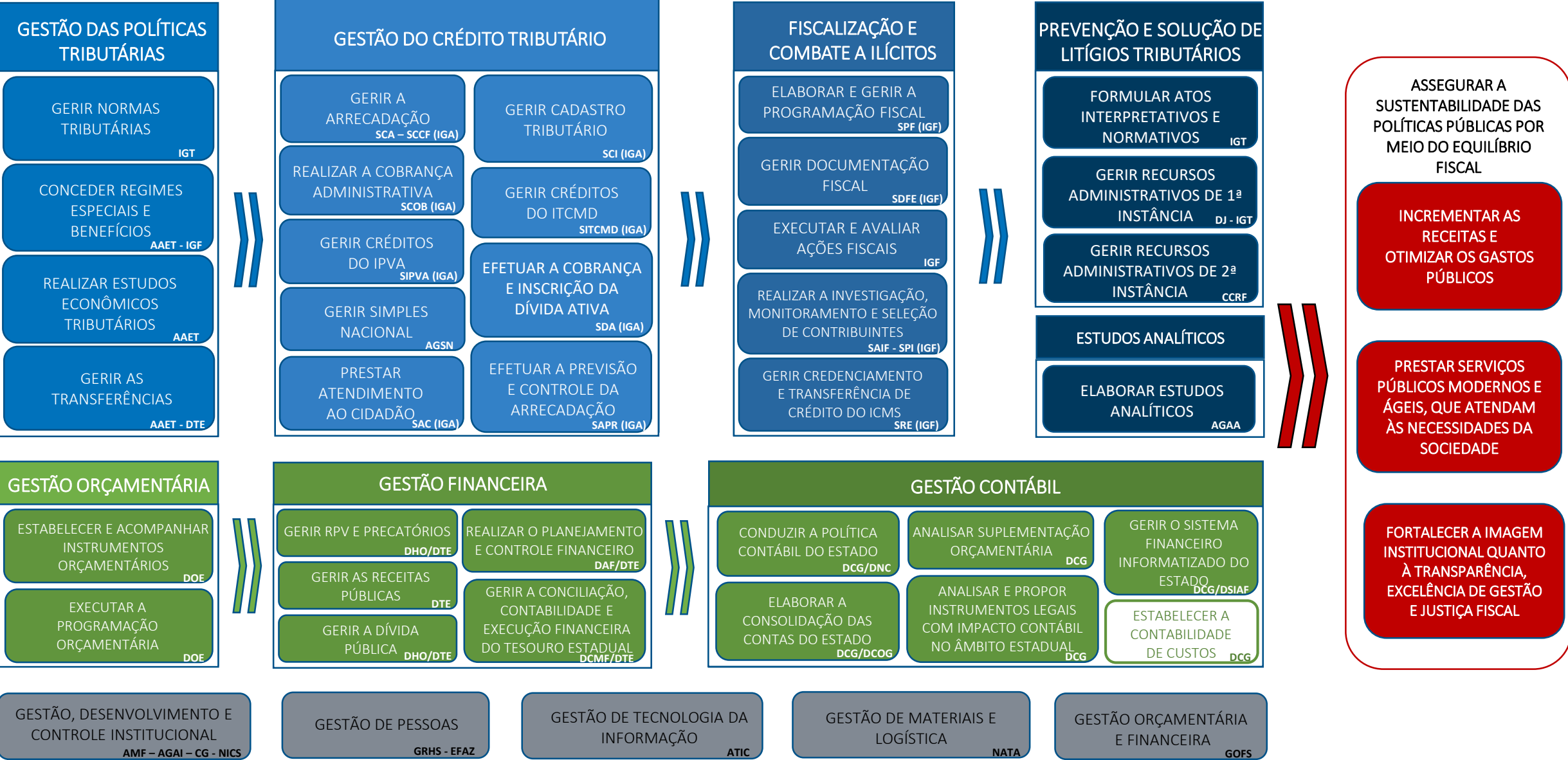
Cada atividade tem suas próprias metas de desempenho vinculadas ao processo de negócio principal.

Os processos primários podem perpassar várias organizações funcionais, entre departamentos ou, até mesmo, entre empresas, e fornecem uma visão completa, ponta a ponta, da criação de valor.

As atividades primárias são aquelas envolvidas na criação física do produto ou serviço, marketing e transferência para o comprador e suporte pós-venda.

As atividades principais são chamadas de atividades de agregação de valor.

2.2 A Cadeia de Valor de Processos na SEFA/PR



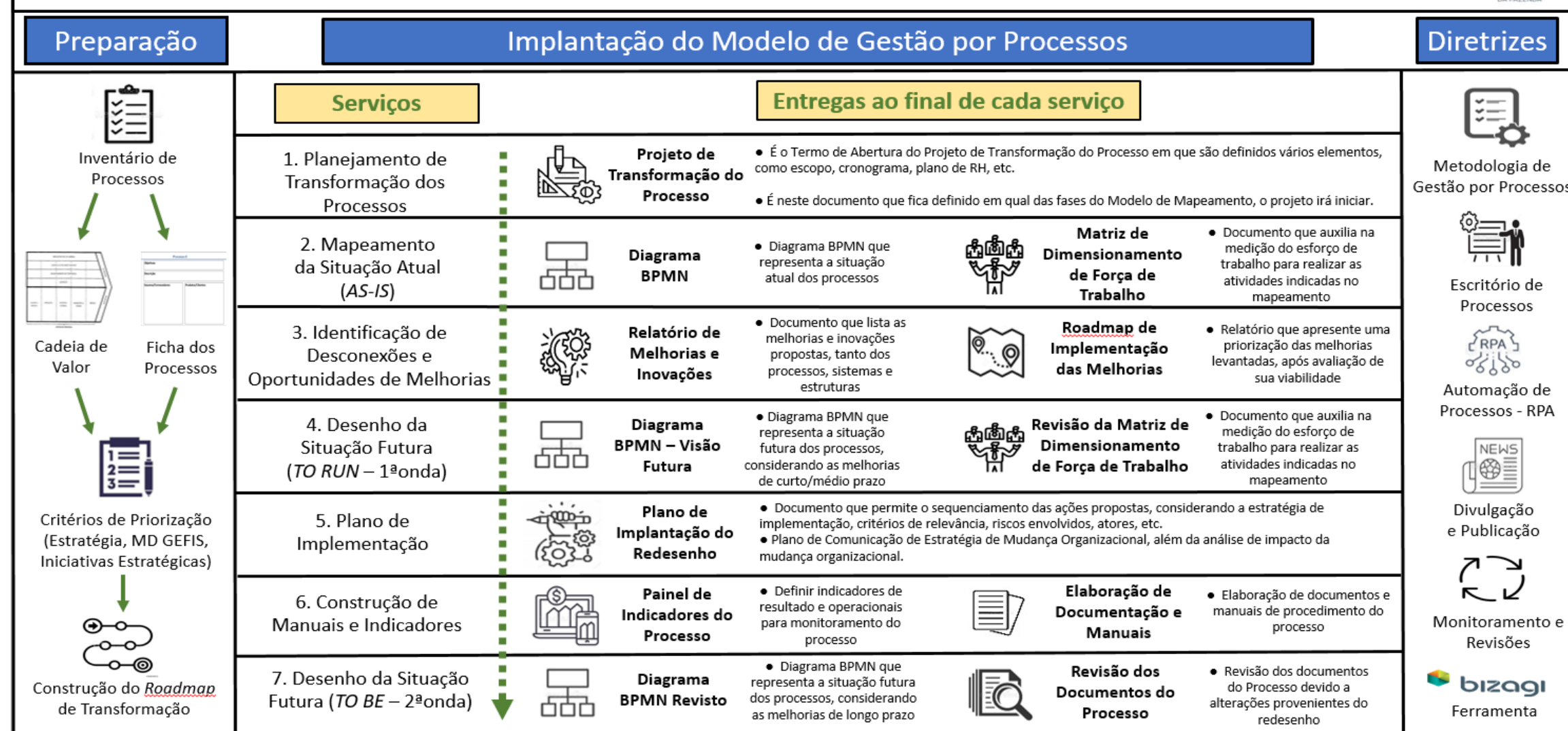
2.3 Metodologia de Gestão por Processos

O Gerenciamento de processos de negócio desenvolvido pelo Escritório de Processos da Secretaria de Fazenda do Paraná – SEFA/PR, consiste em um conjunto de ações voltadas à construção de soluções coletivas e desafios gerenciais comuns às áreas da estrutura da SEFA/PR, à modernização da gestão e a busca por maior eficiência e eficácia na execução de suas atividades.

A Metodologia para Gestão de Processos da SEFA/PR, está estruturada em etapas sequenciais, não interdependentes, mas que interagem de acordo com o propósito da iniciativa de transformação. Assim é possível, por exemplo, a modelagem “As Is” de um processo para sua documentação e que não ensejaria uma análise e seu redesenho; da mesma forma poderão ocorrer propósitos de melhorias em que serão necessárias à execução de todas as etapas.

2.3 Metodologia de Gestão por Processos

Framework do Modelo de Gestão por Processos



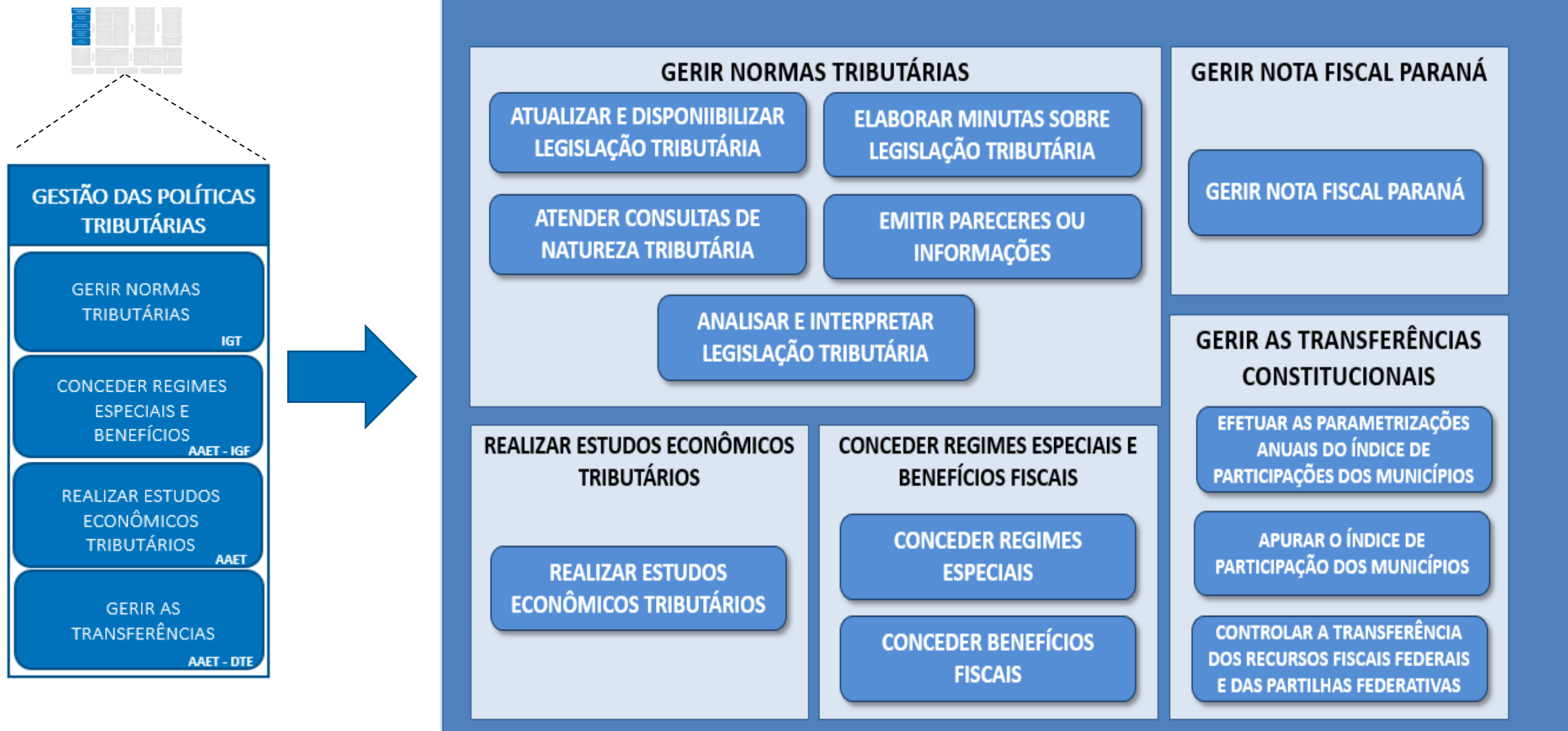
2.3 O que é Arquitetura de Processos?

A Arquitetura de Processos é uma prática da gestão de processos que busca criar uma visão sistêmica da organização, revelando macroprocessos, subprocessos e atividades e suas relações com a geração de valor para os clientes e os objetivos estratégicos do negócio.

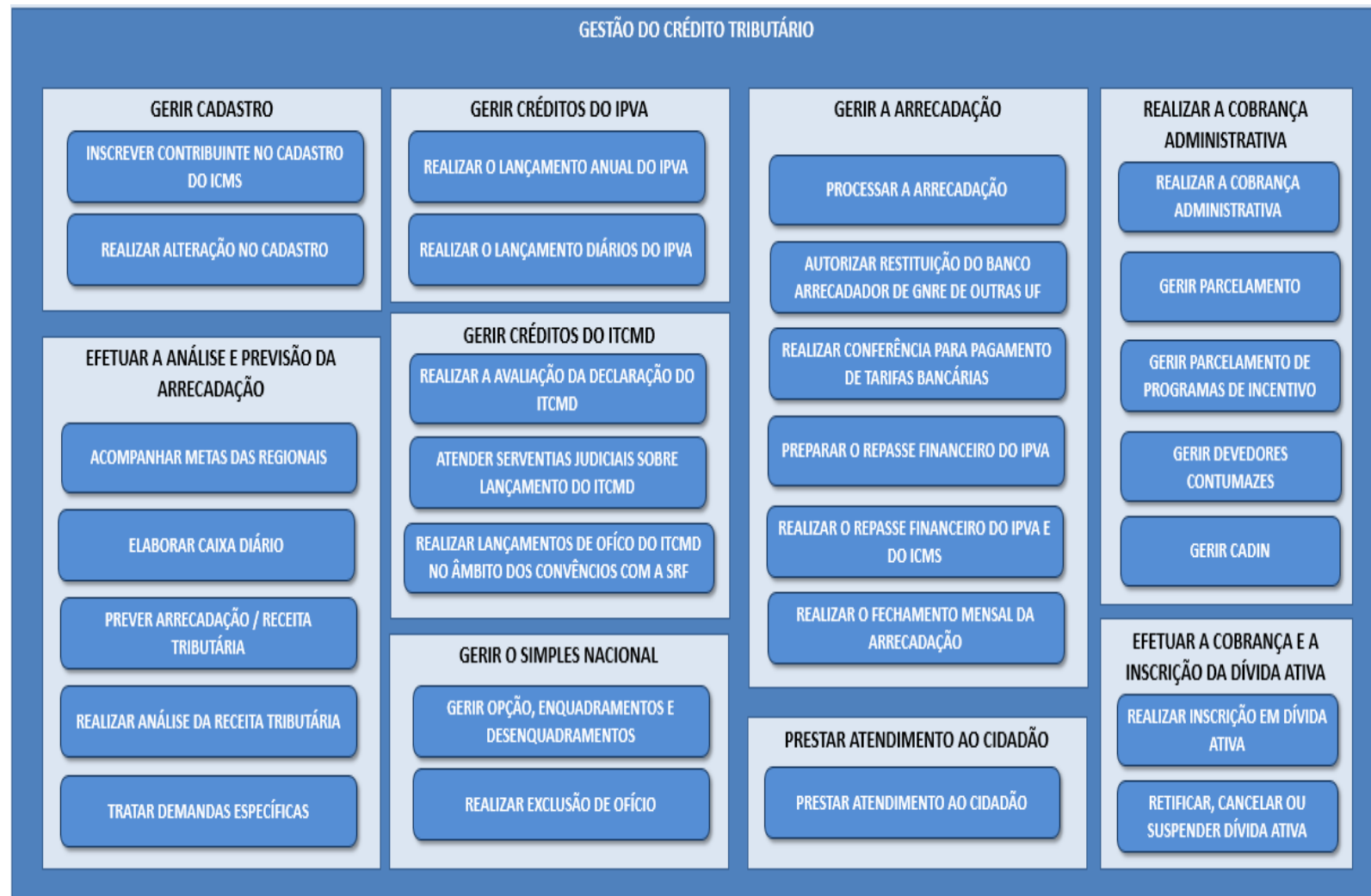
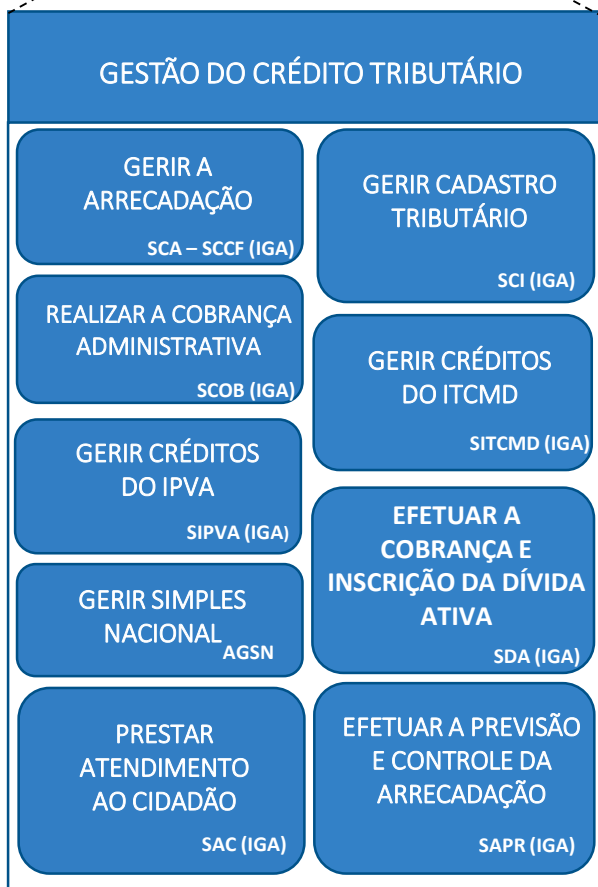
É bom lembrar que a Arquitetura de Processos **não é uma prática realizada de maneira isolada** e aleatória. Como foi comentado, ela faz parte de um **conjunto de práticas** de gestão de processos de negócio (BPM), que têm um objetivo final: permitir o alinhamento dos processos da organização à estratégia e melhorá-los continuamente.

A base da Arquitetura de Processos é a Cadeia de Valor, ferramenta que dá uma visão geral sobre como a empresa entrega valor para o cliente e como se organiza para atingir sua estratégia, mostrando a relação entre os processos ponta a ponta. O conhecimento de todas as atividades que devem ser realizadas dentro da organização é importante para os gestores, pois assim eles podem saber com precisão tudo que acontece e ter um ponto de partida para mudanças.

2.3 A Arquitetura de Processos na SEFA/PR



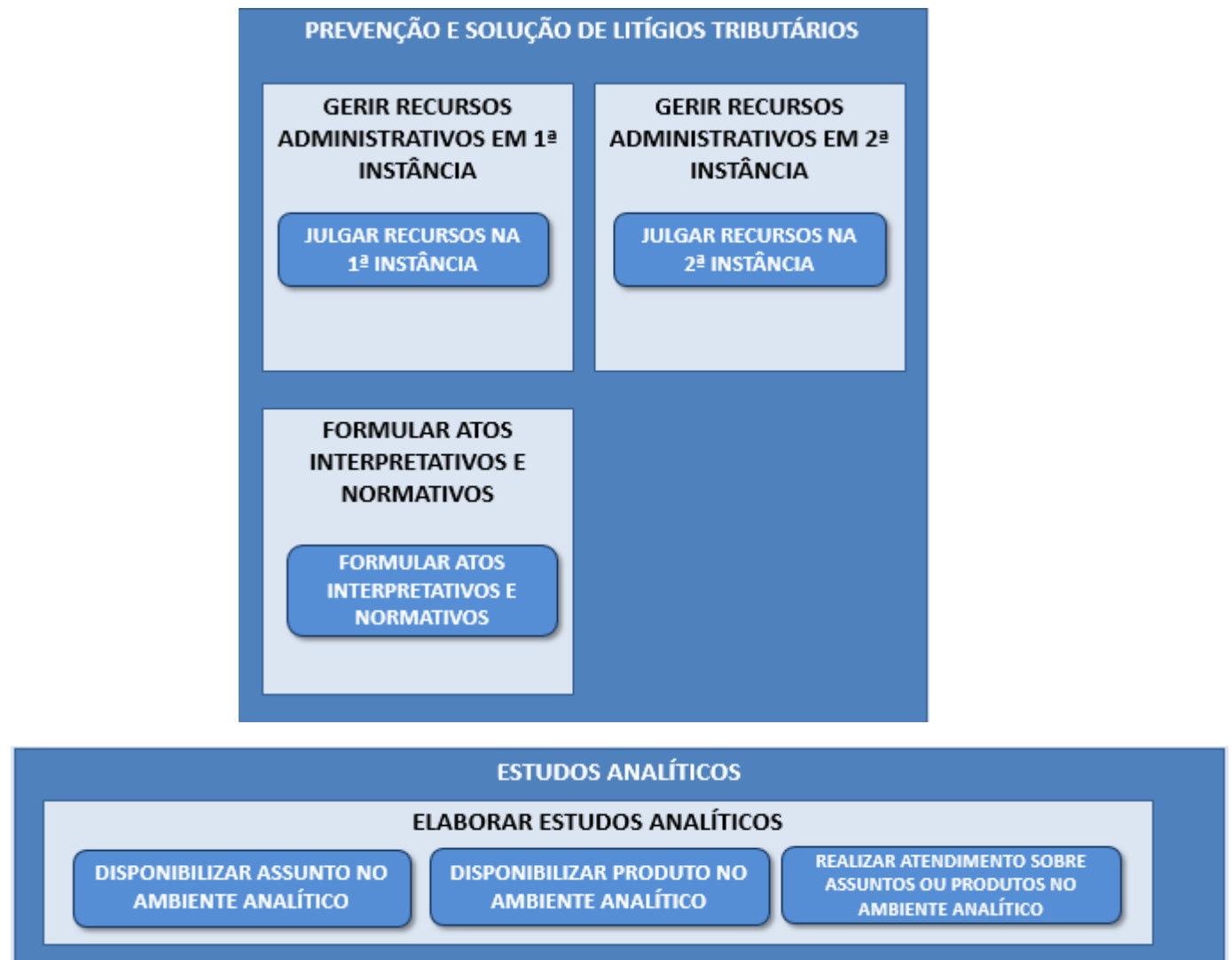
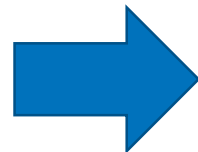
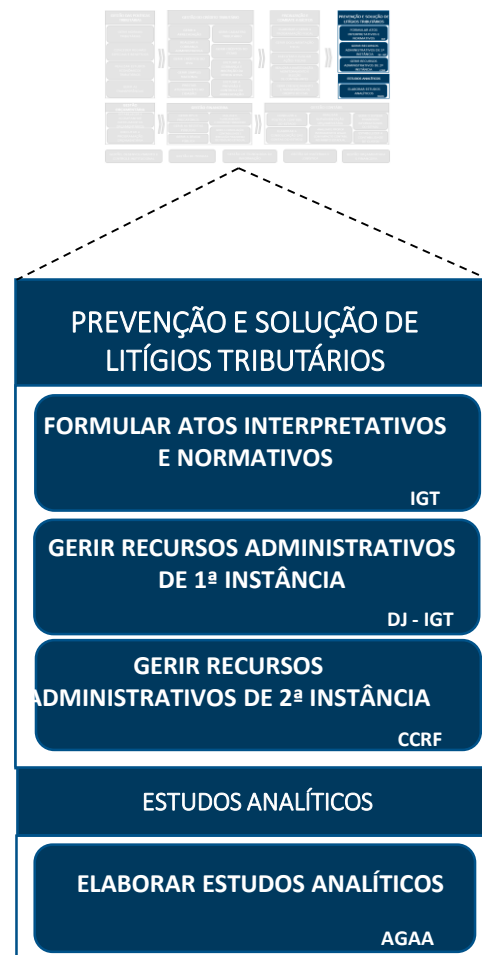
2.3 A Arquitetura de Processos na SEFA/PR



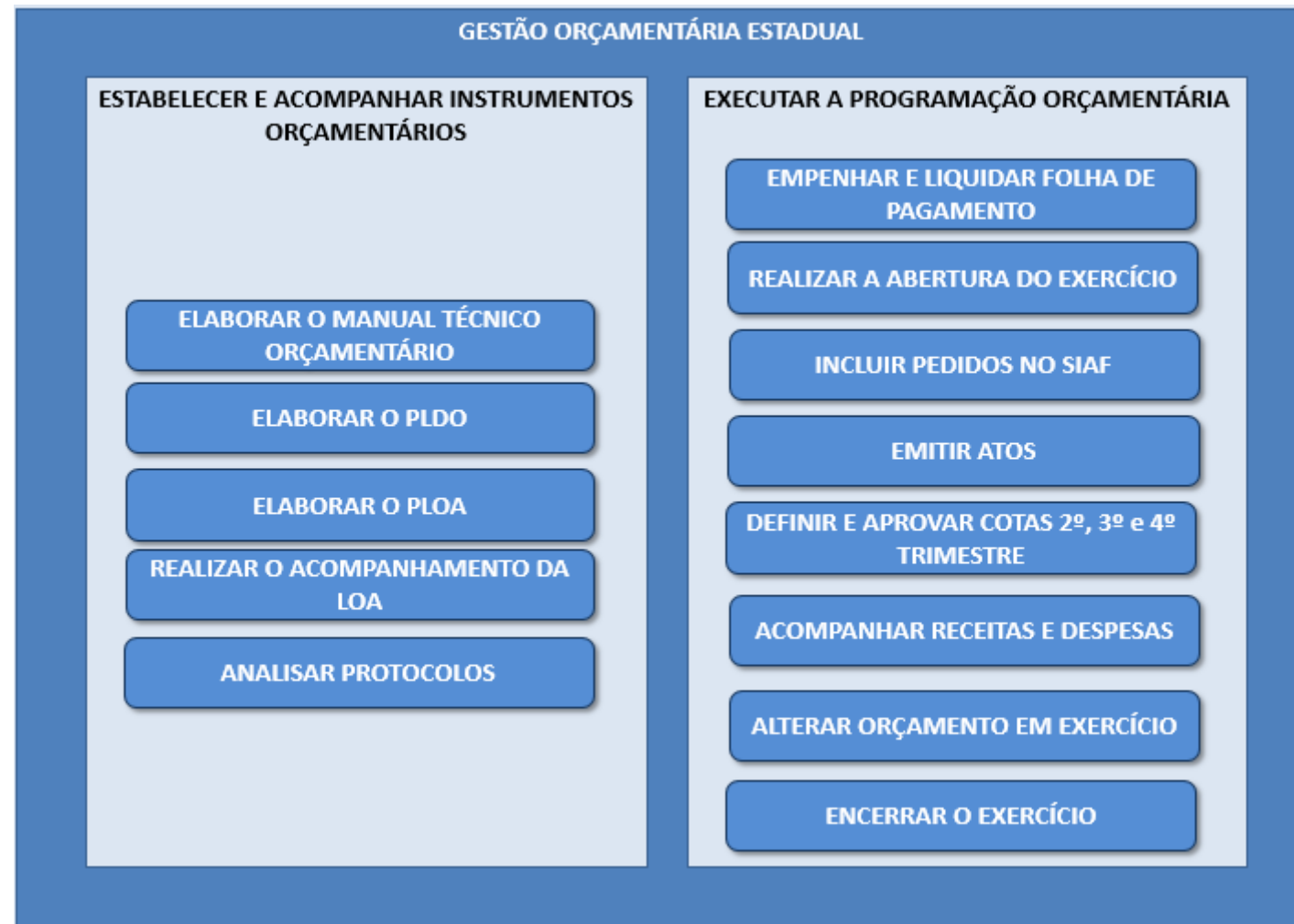
2.3 A Arquitetura de Processos na SEFA/PR



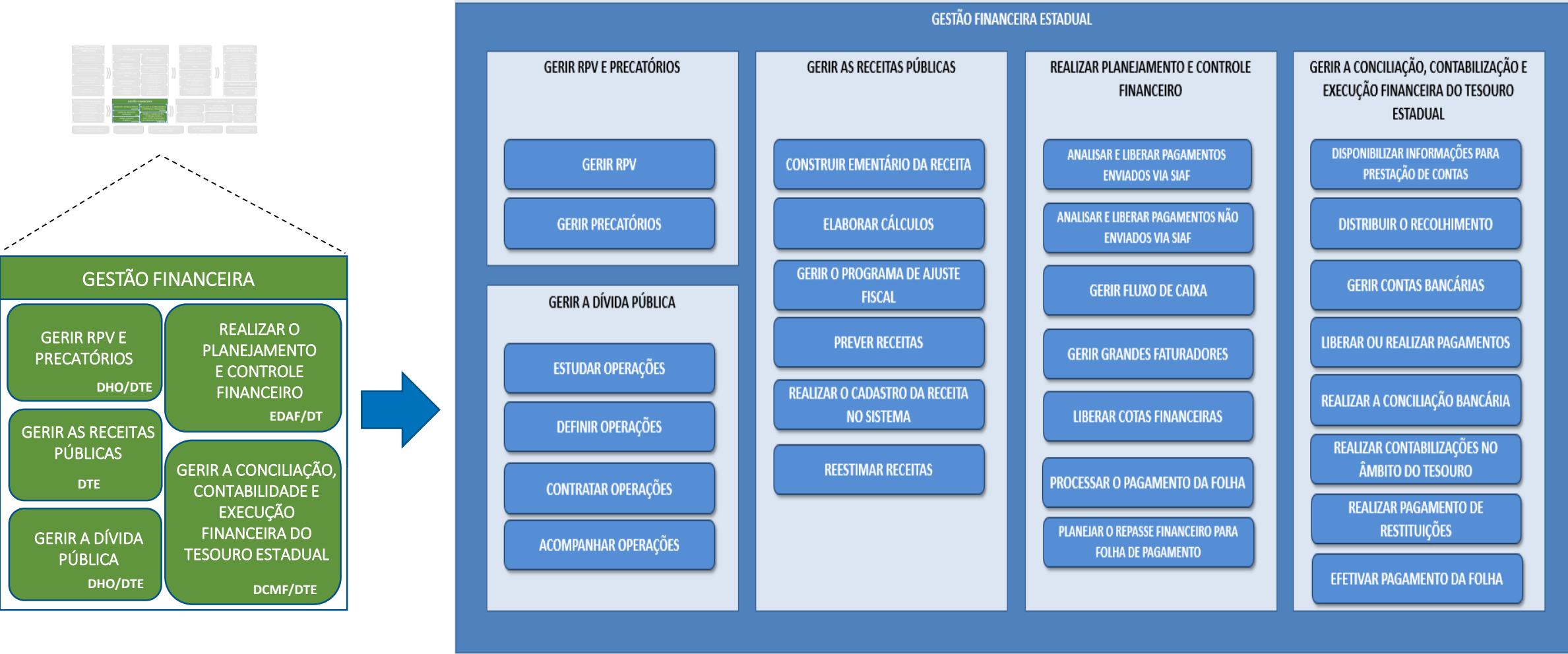
2.3 A Arquitetura de Processos na SEFA/PR



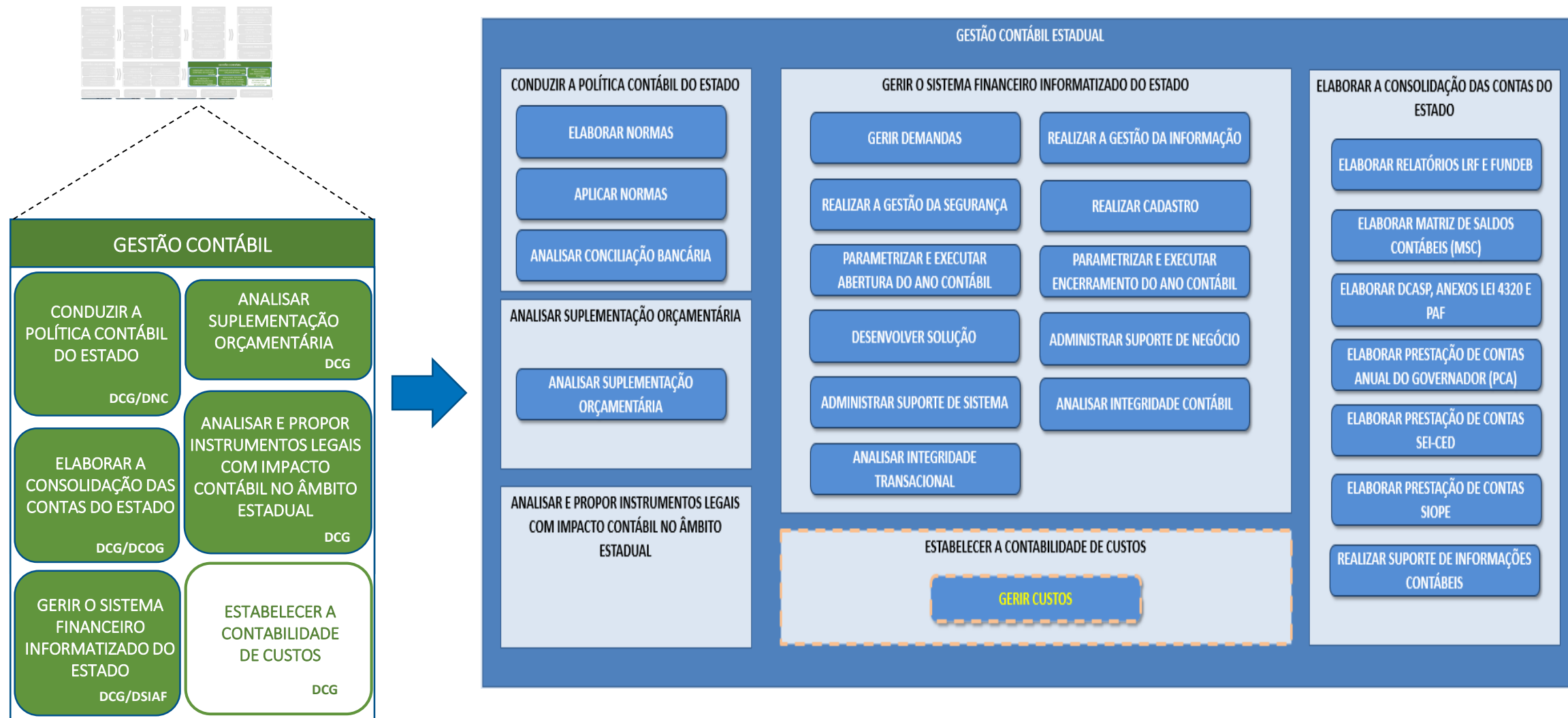
2.3 A Arquitetura de Processos na SEFA/PR



2.3 A Arquitetura de Processos na SEFA/PR



2.3 A Arquitetura de Processos na SEFA/PR

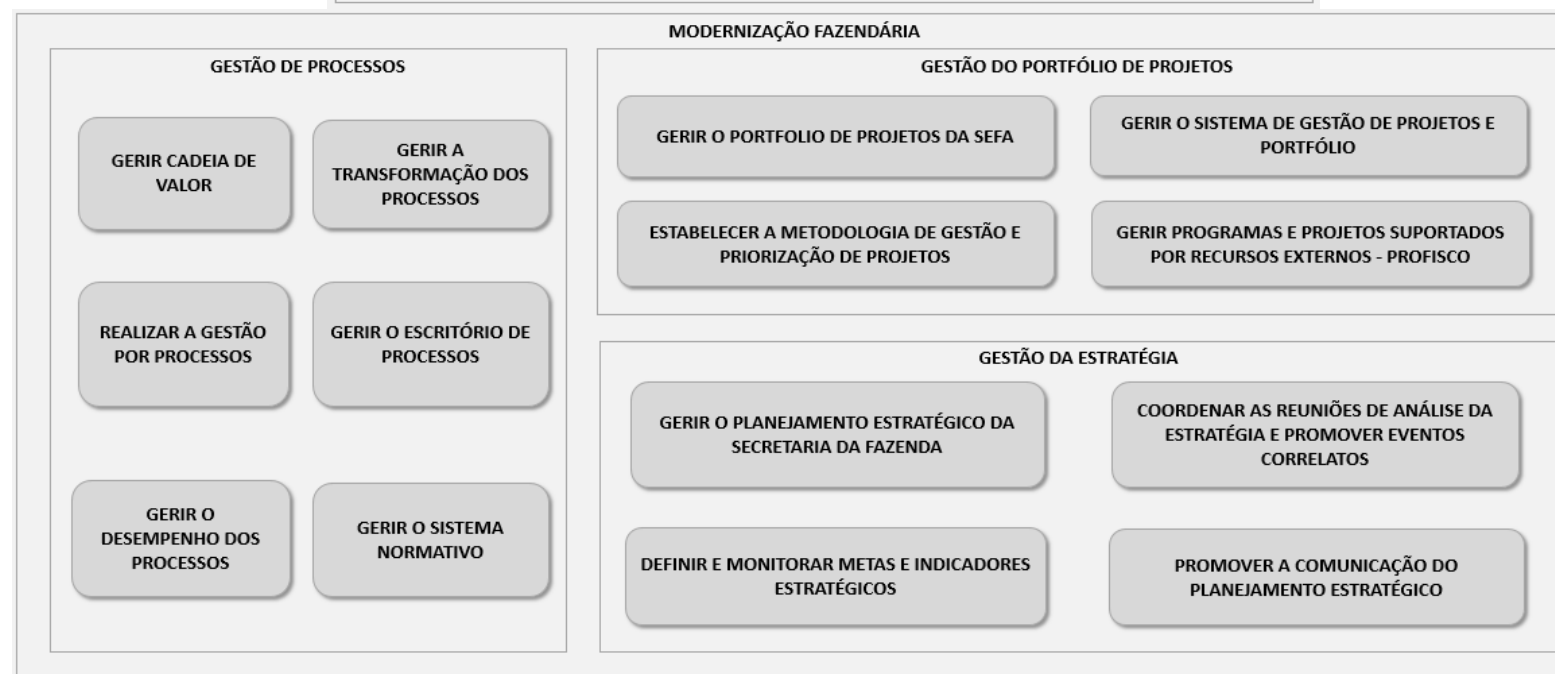
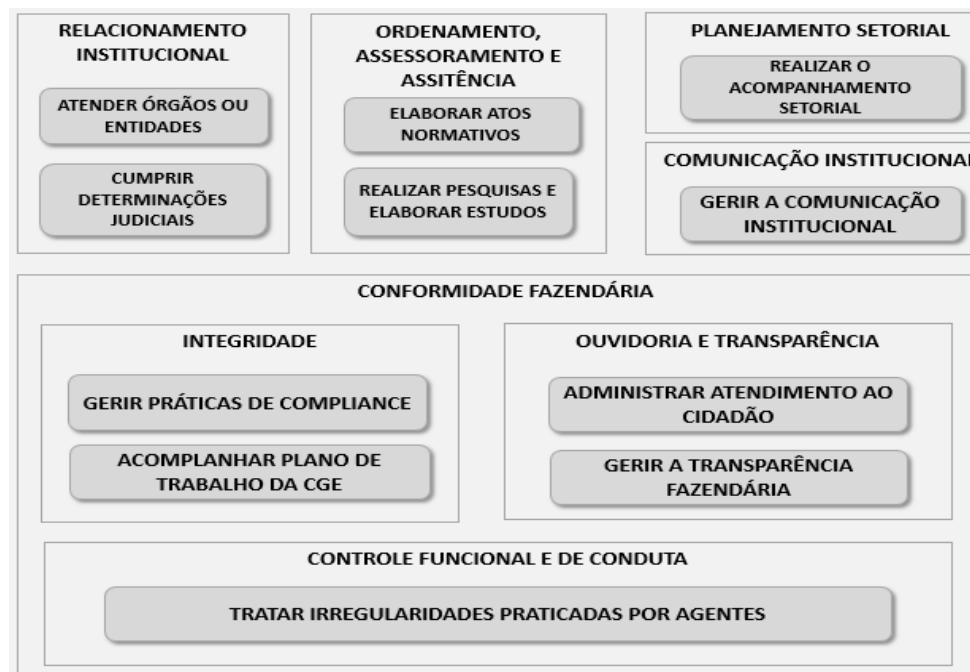


2.3 A Arquitetura de Processos na SEFA/PR

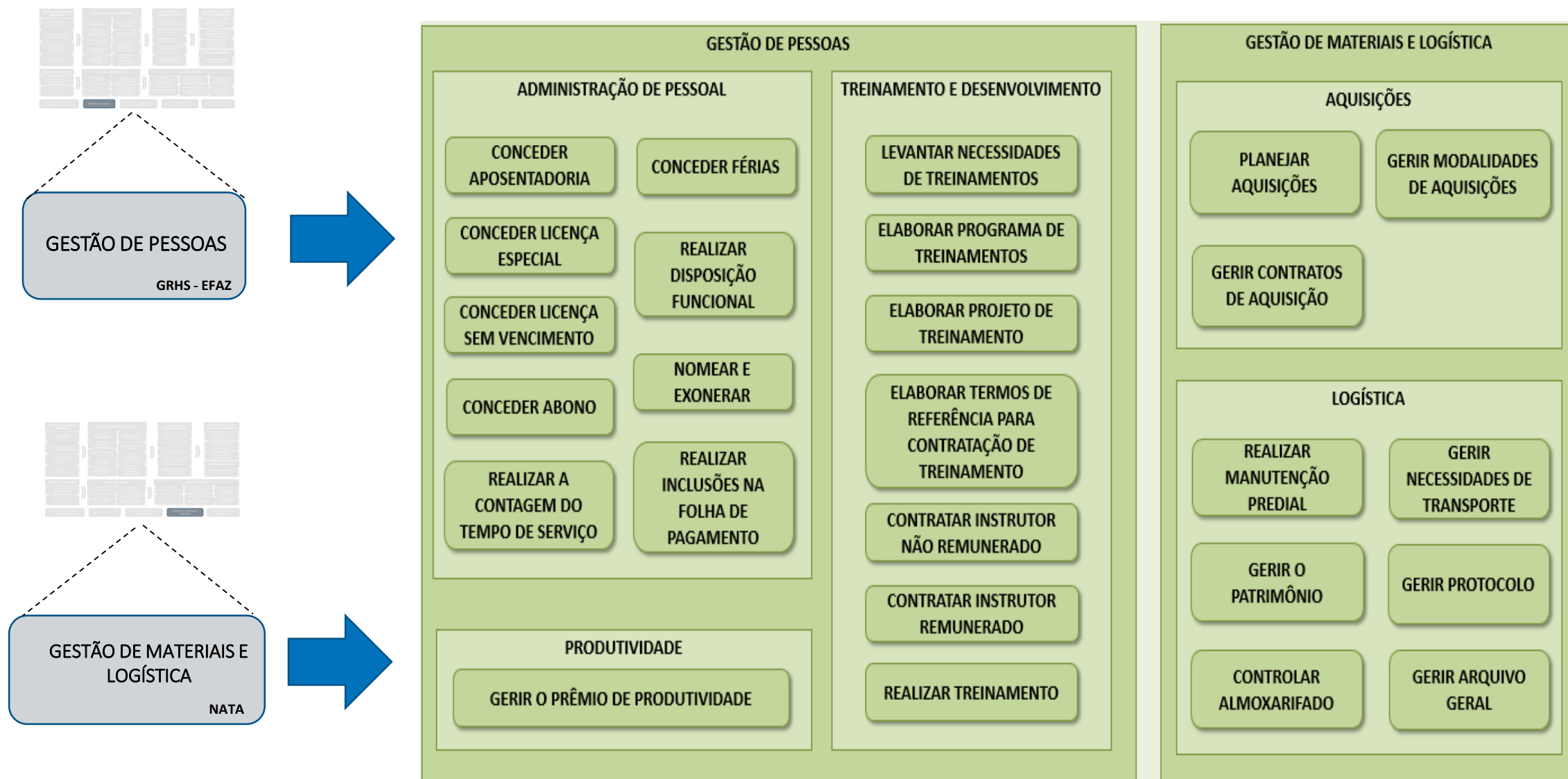


**GESTÃO,
DESENVOLVIMENTO E
CONTROLE
INSTITUCIONAL**

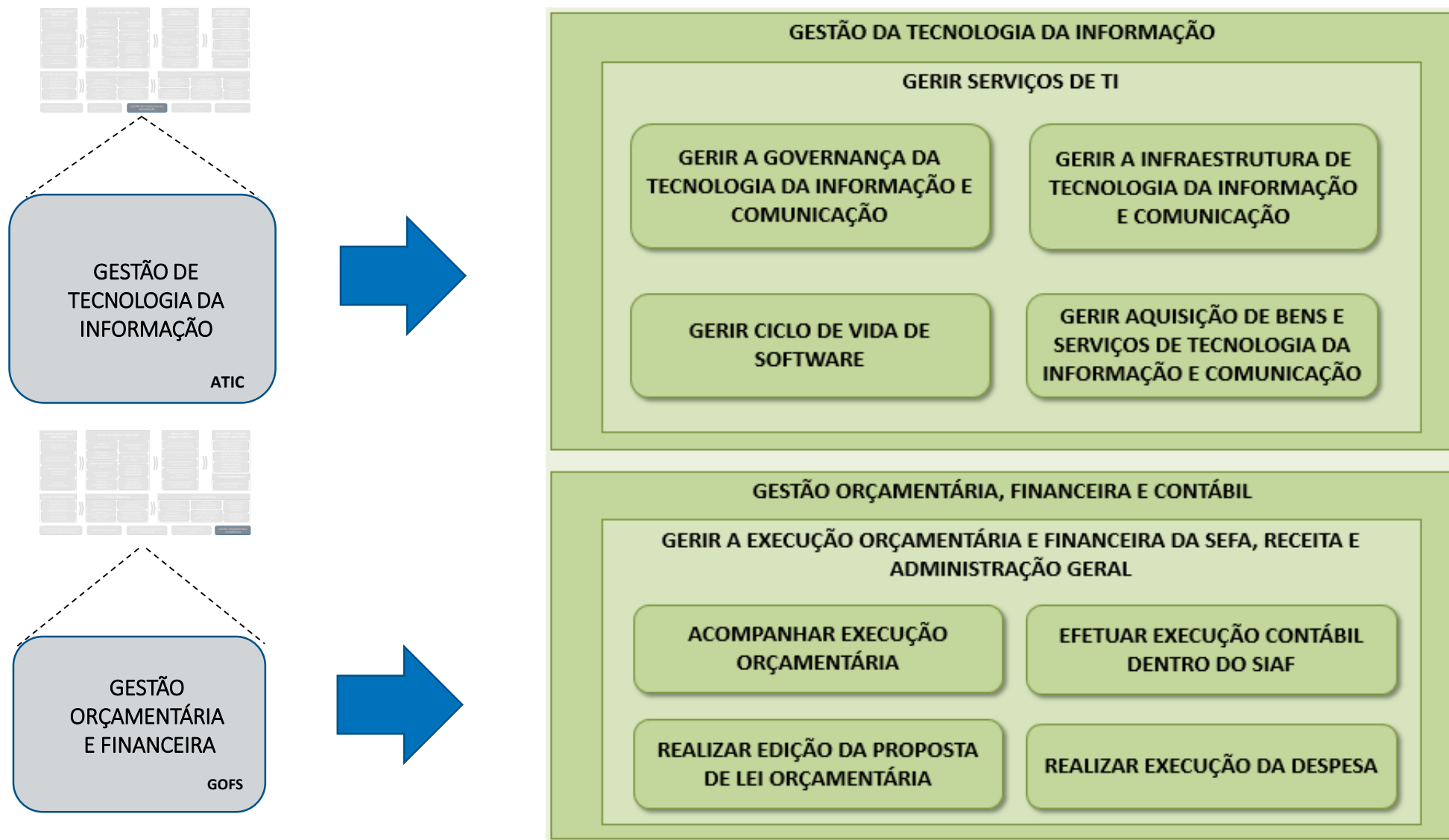
AMF – AGAI – CG – NICS



2.3 A Arquitetura de Processos na SEFA/PR



2.3 A Arquitetura de Processos na SEFA/PR





2.4 Fichas Executivas dos Processos da SEFA/PR

As fichas executivas dos processos exibem as principais informações do contexto de cada processo de trabalho, indicando a correlação de cada um com a cadeia de valor bem como seu objetivo com foco no resultado gerado. Indica ainda os fluxos de entrada, principais atividades, produtos/saída, áreas envolvidas, sistemas de informação utilizados, legislações/controles aplicáveis e indicadores de desempenho.

As fichas também contemplam as avaliações sobre a análise de maturidade do processo nas seguintes dimensões:

- **Maturidade** – considera o grau de formalização do processo internamente, inclusive com manualização, disseminação e treinamento;
- **Aderência de soluções de tecnologia** – considera o apoio de ferramentas de tecnologia na execução do processo;
- **Volume de Demanda** – considera a frequência com que o processo ocorre no período;
- **Abrangência** – considera o volume de pessoas/áreas envolvidas na execução do processo;
- **Complexidade** – considera o grau de complexidade das tarefas necessárias pra o alcance dos objetivos;
- **Impacto no resultados estratégicos** – considera o

grau de contribuição do processos nos resultados estratégicos da SEFA/PR.

Para cada dimensão foi considerada a própria percepção dos envolvidos no processo em uma avaliação na seguinte *Likert*:

- 5 - Muito alto
- 4 – Alto
- 3 – Médio
- 2 – Baixo
- 1 – Muito baixo

As fichas executivas dos processos são apresentas a seguir.

“Alcançar níveis superiores de maturidade em processos reduz o risco e o grau de incerteza na entrega dos produtos de uma organização, além de fornecer as bases para mudanças necessárias”

De Mello Filho, Luiz Lourenço
Gestão da inovação. Editora FGV, 2021

PROCESSO ATENDER AO CIDADÃO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor de Atendimento ao Cidadão (SAC)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar atendimento virtual ao cidadão, seja através da oferta de um serviço, seja através do esclarecimento de uma dúvida

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

média

- Aderência de soluções de tecnologia

baixo

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

baixa

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,6

ENTRADAS

- Solicitação em um dos canais virtuais

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Nos portais, o cidadão poderá solicitar um serviço
- Nos demais canais, o cidadão poderá tirar alguma dúvida, diretamente

PRODUTOS/SAÍDAS

- Nos portais, serviços prestados, p. ex., emissão de CND
- Nos demais canais, dúvida esclarecida, p. ex., data de pagamento da cota única do ipva

ÁREAS ENVOLVIDAS

- CELEPAR
- IGA/SAC

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Portal da SEFA
- Portal da Receita PR
- Chat Bot
- Fale Conosco
- Portal de Atendimento (FAQ)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Resolução Sefa nº 1.132/2017 - Anexo II - Regimento da REPR

INDICADORES

- No Chat Bot e no Fale Conosco, satisfação
- No Portal de Atendimento (FAQ), número de acessos

PROCESSO

INSCREVER CONTRIBUINTE NO CADASTRO DO ICMS

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

OBJETIVO DO PROCESSO

DONO DO PROCESSO

CLASSIFICAÇÃO

NATUREZA DO NEGÓCIO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor de Cadastro do ICMS (SCI)

Finalístico

Receita

- Realizar o cadastro dos estabelecimentos contribuintes do ICMS

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

DEMANDA POR SERVIÇOS

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,7

ENTRADAS

- Constituição do estabelecimento na Junta Comercial. Sendo contribuinte sujeito ao ICMS, arquivo de integração com a REDESIM; OU
- Em contingência, por exemplo, empresas antigas, não inscritas no cadastro, podem solicitar o serviço no site da Receita PR

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber o arquivo de integração (REDESIM) ou solicitação de inscrição (Contingência)
- Gerar o comprovante
- Realizar validações de cunho fiscal
- Solicitar análise da área especializada, caso aplicável
- Sanar pendências via auditor, caso aplicável. Mas, em regra geral, caso não exista entrave, a inscrição é concedida de pronto

Se a inscrição for em contingência, haverá envio de documentação comprobatória pelo contribuinte.

PRODUTOS/SAÍDAS

- Inscrição Estadual Emitida

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuintes do ICMS
- Junta Comercial (REDESIM)
- IGA/SCI
- IGF
- Delegacias

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- CIF
- Receita PR
- Sistema REDESIM

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Inscrições Deferidas (ou Indeferidas)

PROCESSO REALIZAR ALTERAÇÃO NO CADASTRO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor de Cadastro do ICMS (SCI)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar alteração, a pedido, no cadastro dos estabelecimentos contribuintes do ICMS

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

muito alta

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

DEMANDA POR SERVIÇOS

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,9

ENTRADAS

- Solicitação do contribuinte de alteração no cadastro, realizada através do Receita PR

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber a solicitação de alteração no cadastro
- Gerar o comprovante
- Receber as documentações encaminhadas pelo contribuinte
- Realizar validações de cunho fiscal
- Solicitar análise da área especializada, caso aplicável
- Sanar pendências via auditor, caso aplicável

Mas, regra geral, caso não exista entrave, a alteração cadastral é concedida, conforme homologação do responsável

PRODUTOS/SAÍDAS

- Alteração Deferida (ou Indeferida).

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuintes do ICMS
- IGA/SCI
- IGF
- Delegacias

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- CIF
- Receita PR

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Alterações Deferidas (ou Indeferidas)

PROCESSO

CONCEDER REGIMES ESPECIAIS

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Regimes Especiais (SRE)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Conceder regime especial para contribuintes do ICMS

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

baixa

- Volume de demanda

muito alta

- Abrangência

alta

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

médio

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,9

ENTRADAS

- Solicitação do contribuinte diretamente à IGF/SRE, DAET ou Fomento Paraná
- Documentações comprobatórias de enquadramento, a depender do caso concreto

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuinte
- IGF/SRE
- IGF/Especializadas de Fiscalização
- Inspetoria de Fiscalização
- DAET
- Fomento Paraná
- IGA
- Diretoria da Receita

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Processo Administrativo Eletrônico (E-Protocolo)

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber a solicitação e realizar pré-análise
- Encaminhar para verificação fiscal e emissão do parecer deferindo (ou não)
- Realizar análise para concessão do regime especial
- Encaminhar para avaliação do Inspetor, do Diretor e, em alguns casos, do Secretário
- Dar ciência ao contribuinte
- Publicar no DO a concessão do regime especial

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Lei Orgânica do ICMS - nº 11.580/1996;
- Decreto nº 7.871/2017
- Resolução Sefa nº 1.132/2017 - Anexo II - Regimento da REPR

PRODUTOS/SAÍDAS

- Publicação do regime especial concedido no diário oficial

INDICADORES

- Regimes especiais concedidos

PROCESSO REALIZAR A AVALIAÇÃO DA DECLARAÇÃO DO ITCMD

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor do ITCMD (SITCMD)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar o lançamento do ITCMD, através de análise administrativa da declaração feita pelo contribuinte, constituindo o crédito tributário. Ainda, realizar a análise de contestação, caso exista

ANÁLISE DE MATURIDADE

Maturidade

baixa

Aderência de soluções de tecnologia

alta

Volume de demanda

muito alta

Abrangência

média

Complexidade

alta

Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,7

ENTRADAS

- Declaração entregue pelo contribuinte

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber solicitação do contribuinte
- Confirmar valores
- Comunicar ao contribuinte
- Disponibilizar laudo
- Realizar o pagamento ou impugnar
- Realizar análise da impugnação
- Rever ou confirmar o lançamento

PRODUTOS/SAÍDAS

- Lançamento do Crédito Tributário
- Laudo de Avaliação
- Declaração atualizada, respeitando o entendimento do fisco
- Avaliação da contestação, caso exista

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuinte
- IGA/SITCMD
- Delegacias Regionais

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- ITCMD Web
- SGT (em substituição ao ITCMD Web)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

Lei Orgânica do ITCMD - Título II da Lei nº 18.573/2015

INDICADORES

- Avaliações realizadas

PROCESSO ATENDER SERVENTIAS JUDICIAIS SOBRE LANÇAMENTO DO ITCMD

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor do ITCMD (SITCMD)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar o lançamento do ITCMD, conforme sentença de homologação da partilha ou de adjudicação encaminhada pelas serventias judiciárias na forma de intimação, constituindo o crédito tributário. Ainda, realizar a análise de contestação, caso exista.

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

médio

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

médio

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,3

ENTRADAS

- Sentença de homologação da partilha ou de adjudicação
- Formal de partilha
- Carta de adjudicação
- Alvarás
- Intimação para que o fisco proceda ao lançamento do tributo devido

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Atender a intimação ou aguardar declaração do contribuinte
- Confirmar valores
- Comunicar ao contribuinte
- Disponibilizar laudo
- Realizar o pagamento ou impugnar
- Realizar análise da impugnação
- Rever ou confirmar o lançamento

PRODUTOS/SAÍDAS

- Ciência da intimação
- Lançamento do Crédito Tributário
- Ciência do cumprimento da intimação
- Avaliação da contestação, caso exista

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Poder Judiciário
- Contribuinte
- IGA/SITCMD
- Delegacias Regionais

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- ITCMD Web
- SGT (em substituição ao ITCMD Web)
- Processo Administrativo Eletrônico (E-Protocolo)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

Lei Orgânica do ITCMD - Título II da Lei nº 18.573/2015

INDICADORES

- ND

REALIZAR LANÇAMENTOS DE OFÍCIO DO ITCMD NO ÂMBITO DO CONVÊNIO COM A SRF

CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor do ITCMD (SITCMD)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar o lançamento do ITCMD, conforme análise das informações contidas na DIRPF, constituindo o crédito tributário. Ainda, realizar a análise de contestação, caso exista.

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

baixo

- Abrangência

alta

- Complexidade

baixa

- Impacto no resultado estratégico

baixo

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

2,6

ENTRADAS

- Informações disponíveis na DIRPF sobre potenciais fatos geradores do ITCMD

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Solicitar os dados para a SRF
- Receber os dados
- Realizar saneamento, para identificar o que foi (ou não) pago
- Gerar declarações para aquilo que não foi pago Gerar correspondências
- Solicitar autorregularização
- Se o contribuinte não realizar a autorregularização, realizar a autuação, dando início ao contencioso

PRODUTOS/SAÍDAS

- Lançamento do Crédito Tributário
- Avaliação da contestação, caso exista

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Secr. da Receita Federal
- IGA/SITCMD
- IGA/SAPR
- AGAA
- CELEPAR

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- DW (Teradata)
- BI (MicroStrategy)
- ITCMD Web
- SGT (em substituição ao ITCMD Web)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

Lei Orgânica do ITCMD - Título II da Lei nº 18.573/2015

INDICADORES

- Valores das doações, para estabelecimento de limites para atuação
- Pagamento Espontâneo

PROCESSO REALIZAR O LANÇAMENTO ANUAL DO IPVA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor do IPVA (SIPVA)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar o lançamento anual do IPVA, constituindo o crédito tributário. Ainda, realizar a análise de contestação do contribuinte, caso exista

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

média

- Abrangência

alta

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alta

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,7

ENTRADAS

- Tabela contendo a frota de veículos do Estado do Paraná
- Tabela FIPE (Base de Cálculo)
- Arquivo Nota Paraná (CPF, RENAVAN, Crédito)

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuinte
- IGA/SIPVA
- FIPE
- Nota Paraná
- Detran (Base de Veículos)
- CELEPAR
- Diário Oficial
- Gabinete do Secretário

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Geração da tabela frota e encaminhamento para a FIPE
- Retorno da FIPE com a 1ª tabela de valoração das bases de cálculo
- Ajustes e recebimento da última tabela da FIPE
- Pré-lançamento e cômputo dos créditos do Nota Paraná
- Lançamento e informação para o Nota Paraná dos créditos não utilizados
- Geração do arquivo para o Diário Oficial
- Disponibilização das Guias para pagamento

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- IVA
- SGT (em substituição ao IVA)
- Sistema Nota Paraná
- Sistema Detran

PRODUTOS/SAÍDAS

- Lançamento do Crédito Tributário
- Datas para pagamento
- Números de parcelas
- Arquivo Nota Paraná (Créditos não utilizados)
- Arquivo para publicação no Diário Oficial
- Guias para pagamento
- Análise da contestação

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Lei Orgânica do IPVA - nº 14.260/2003

INDICADORES

- ND

PROCESSO REALIZAR O LANÇAMENTO DIÁRIO DO IPVA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor do IPVA (SIPVA)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar o lançamento diário do IPVA, constituindo o crédito tributário. Ainda, realizar a análise de contestação do contribuinte, caso exista

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

baixa

- Complexidade

média

- Impacto no resultado estratégico

alta

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,4

ENTRADAS

- Solicitação do contribuinte, considerando fato gerador diferente da previsão anual, p. ex., aquisição de veículo novo

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Recebimento da solicitação.
- Realização do lançamento: o sistema irá calcular o IPVA (Base de Cálculo vs. Alíquota), proporcionalmente, e com vencimento para 30 dias.

PRODUTOS/SAÍDAS

- Lançamento do Crédito Tributário
- Datas para pagamento
- Números de parcelas (tratando-se de veículo novo não cabe parcelamento, mas é possível no caso de cancelamento de benefício e cálculo proporcional do valor devido)
- Guias para pagamento
- Análise da contestação

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuinte
- IGA/SIPVA

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- IVA
- SGT (em substituição ao IVA)
- Sistema Detran

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Lei Orgânica do IPVA - nº 14.260/2003

INDICADORES

- ND

PROCESSO GERIR OPÇÃO, ENQUADRAMENTOS E DESENQUADRAMENTOS

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Assessoria e Gerência do Simples Nacional (AGSN)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Reconhecer a opção feita pelo contribuinte do ICMS de enquadramento no Simples

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

4

média

- Aderência de soluções de tecnologia

baixa

- Volume de demanda

média

- Abrangência

média

- Complexidade

média

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,4

ENTRADAS

- Arquivo de Pendências dos Contribuintes junto ao Fisco Estadual do PR
- Opção do Contribuinte

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Enviar o arquivo de pendências junto ao Fisco do PR para a CELEPAR. Se não existe pendência, o reconhecimento da opção acontece automaticamente. Caso contrário, deverá existir regularização
- O contribuinte procura a delegacia ou SAC para saber o motivo. Boa parte é CT relacionado ao IPVA. AI também é motivo de pendência
- O prazo para regularização é 31/01. Se não regularizado, temos o Termo de Indeferimento
- O contribuinte aceita ou solicita reconsideração. Nesse caso a instância é única na AGSN

PRODUTOS/SAÍDAS

- Edital de Indeferimento
- Julgamento da Instância Única
- Registro no Portal do Simples do Deferimento (ou Indeferimento)

ÁREAS ENVOLVIDAS

- AGSN
- Delegacias
- IGA/SAC
- IGA/SCI
- CELEPAR

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Sistema do Simples Nacional
- CIF
- FIR
- TAP
- IVA
- Dívida Ativa

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Lei Complementar nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
- Resolução CGSN nº 140/2018

INDICADORES

- ND

PROCESSO REALIZAR EXCLUSÃO DE OFÍCIO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Assessoria e Gerência do Simples Nacional (AGSN)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Acompanhar e excluir, respeitando regras objetivas, o contribuinte do ICMS que tenha feito opção de enquadramento no Simples

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

baixa

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,6

ENTRADAS

- Receita Bruta
- NF emitida
- Valor Declarado no PGDAS

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Verificar contribuintes que ultrapassaram o limite.
- Posteriormente, gerar o relatório e classificar por importância.
- Selecionar para lavratura.
- Auditor irá gerar o Termo de Exclusão.
- Elaborar o relatório de fiscalização.
- Encaminhar via DTE, dando ciência. Prazo contra o contribuinte. Se não concordar, o contribuinte solicita reconsideração.
- Recepção e análise no âmbito da Delegacia.
- 2a Instância na AGSN. Se confirmada, registrar no Portal do Simples.

PRODUTOS/SAÍDAS

- Termo de Exclusão, quando o contribuinte ultrapassar o limite.
- Autorregularização, quando existir divergência entre NF e PGDAS-D. Caso não faça a regularização, AI.
- Julgamento da 1a (Delegacia) e 2a (AGSN) Última Instância.

ÁREAS ENVOLVIDAS

- AGSN
- Delegacias
- IGA/SCI

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Sistema do Simples Nacional
- BI

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Lei Complementar nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
- Resolução CGSN nº 140/2018

INDICADORES

- ND

PROCESSO REALIZAR ANÁLISE DA RECEITA TRIBUTÁRIA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor de Análise e Previsão da Receita
(SAPR)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar análise da receita realizada, da inadimplência, considerando recortes específicos (setor, região, porte) e índices disponibilizados pelo IBGE, BACEN, IPARDES

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

alta

5

- Abrangência

alta

- Complexidade

muito alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

5

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,9

ENTRADAS

- Recortes (por setor, região, porte, tipo de receita) sobre arrecadação prevista e realizada
- Recortes sobre inadimplência.
- Índices divulgados pelo IBGE, BACEN, IPARDES.

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Gabinete do Secretário
- Diretor da Receita
- IGA
- IGA/SAPR
- AGAA

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Identificar, no banco de dados, as informações pertinentes à análise
- Realizar a consulta, trazendo dados do DW para uma planilha
- Realizar cálculos, realizar somas
- Realizar análises
- Produzir tabela resumida para ser exibida para o usuário final

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- DW (Teradata)
- IVA (IPVA)
- ITCMD Web
- FIR (ICMS)
- DAE (Dívida Ativa)
- TAP (Parcelamento)
- SGR (Sistema de Guias e Repasses) SRP (Regras: obrigações acessórias, prazos de vencimento)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS - Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS - nº 11.580/1996

PRODUTOS/SAÍDAS

- Relatório diário ou mensal de análise da receita
- Apresentação mensal de análise da receita

INDICADORES

- Arrecadação (por setor, região, porte, tipo)
- Inadimplência (por setor, região, porte, tipo)

PROCESSO PREVER ARRECADAÇÃO/RECEITA TRIBUTÁRIA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Setor de Análise e Previsão da Receita(SAPR)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar a previsão da arrecadação tributária do Estado do Paraná para o próximo exercício, visando melhorar a acurácia da arrecadação de ICMS.

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

média

- Aderência de soluções de tecnologia

baixo

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

baixa

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,6

ENTRADAS

- Solicitação de previsão de arrecadação
- Série histórica do ICMS

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Levantamento da série histórica do ICMS eliminando outliers
- Gerar previsão da arrecadação
- Realizar benchmarking da previsão para verificação da qualidade do cálculo, aplicando técnicas de suavização se necessário
- Produzir tabela com o resultado final da previsão para aprovação

PRODUTOS/SAÍDAS

- Previsão da arrecadação

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Gabinete do Secretário
- Diretor da Receita
- IGA
- IGA/SAPR
- DCG

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- BO (Business Object)
- MicroStrategy
- Excel
- SPSS
- RStudio
- e-Protocolo

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Lei complementar N° 101/2000

INDICADORES

- Grau de assertividade da previsão da arrecadação
- Tempo médio para elaboração da previsão da arrecadação

PROCESSO

ELABORAR E ACOMPANHAR METAS DAS REGIONAIS

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Setor de Análise e Previsão da Receita(SAPR)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Elaborar e acompanhar metas de arrecadação de cada regional/delegacia de acordo com a participação no exercício fiscal anterior.

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

média

- Aderência de soluções de tecnologia

baixo

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

baixa

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,6

ENTRADAS

- Cálculo do índice de esforço fiscal
- Necessidade de elaborar metas fiscais das regionais

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Calcular índice de esforço fiscal aplicando média aparada
- Produzir Projeto Prisma
- Produzir plano de ação para alcançar metas
- Realizar acompanhamento mensal do previsto e do arrecadado por regional

PRODUTOS/SAÍDAS

- Meta de arrecadação
- Acompanhamento mensal da arrecadação

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Gabinete da Receita
- IGA
- IGA/SAPR
- Regionais/Delegacias

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Excel
- e-Protocolo

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Índice de atingimento de meta por regional

PROCESSO ELABORAR CAIXA DIÁRIO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Setor de Análise e Previsão da Receita(SAPR)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Elaborar mensalmente uma visão geral da análise da atividade econômica tributária no Estado do Paraná

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

média

- Aderência de soluções de tecnologia

baixo

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

baixa

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,6

ENTRADAS

- Índices tributários mensais

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Executar comando SQL para coletar índices tributários
- Extrair dados dos índices tributários em uma planilha
- Elaborar apresentação da atividade econômica tributária no Estado do Paraná

PRODUTOS/SAÍDAS

- Dados dos índices tributários
- Apresentação da visão geral da atividade econômica tributária no Estado do Paraná.

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Gabinete da Receita
- IGA/SAPR

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Excel
- PowerPoint

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

PROCESSO REALIZAR ATENDIMENTOS SOBRE DOCUMENTAÇÕES FISCAIS ELETRÔNICAS

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Documentação Fiscal
Eletrônica (SDFE)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Gerir as principais documentações fiscais eletrônicas

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

baixo

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,7

ENTRADAS

- Solicitação de atendimento, expedida pelo contribuinte, por auditores, por órgãos ou entidades, através do SAC, telefone, e-mail e e-protocolo

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Via SAC: receber solicitação. Realizar a triagem. Assunto relacionado a documentação fiscal eletrônica, encaminhar para o setor responsável. O setor analisará. Acontecerá um primeiro contato por telefone. Caso o problema seja técnico, poderá ser resolvido diretamente pelo setor ou com o auxílio da CELEPAR
- Nos demais canais: analisar a solicitação. Caso problema técnico, poderá ser resolvido diretamente pelo setor ou com o auxílio da CELEPAR

PRODUTOS/SAÍDAS

- Despacho contendo informações sobre o atendimento das solicitações ou sobre o cumprimento de determinações

ÁREAS ENVOLVIDAS

- CELEPAR
- IGA/SAC
- IGF/SDFE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- AIDF. ECD. ADRC-ST
- CT-e OS. NF-e. UPD Web
- CT-e. NFC-e. NFA-e
- BP-e. NFP-e. MDF-e
- Produtor Rural
- Cartão de Crédito
- EFD. Download NF-e
- NF3e. NF COM. GTV-e

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

CREDENCIAR CONTRIBUINTES PARA RECEBIMENTO OU TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO DE ICMS

CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Regimes Especiais (SRE)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Credenciar contribuintes como destinatários ou transferentes de créditos de ICMS

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

média

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

média

- Abrangência

média

- Complexidade

média

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,3

ENTRADAS

- Solicitação de credenciamento como destinatário ou transferente de créditos de ICMS
- Documentações comprobatórias, a depender do caso concreto

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- O contribuinte solicita o credenciamento como destinatário ou transferente na Delegacia
- Realizar análise da solicitação
- Conceder (ou não) a credencial

PRODUTOS/SAÍDAS

- Credencial de destinatário ou transferente

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuinte
- Delegacia
- IGF/SRE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- SEFA Net/SISCRED

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS -
Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS - nº
11.580/1996

INDICADORES

- ND

PROCESSO

HABILITAR CRÉDITOS DE ICMS PARA TRANSFERÊNCIAS OU RECEBIMENTOS

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Regimes Especiais (SRE)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Habilitar créditos tributários de ICMS para que contribuintes credenciados possam realizar transferências ou recebimentos

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

média

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

média

- Abrangência

média

- Complexidade

média

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,3

ENTRADAS

- O credenciado (transferente) faz o pedido de habilitação, diretamente no Receita PR

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber a solicitação
- O SISCREd irá levantar documentos fiscais de entrada e de saída, para verificação do acúmulo
- Notificar o contribuinte para apresentar comprovantes das operações
- Após a apresentação, gerar protocolo, para análise do Auditor
- Se o crédito for bom, teremos a habilitação (depósito na conta corrente fiscal, dentro do SISCREd) e o contribuinte poderá fazer transferências

PRODUTOS/SAÍDAS

- Certificado de habilitação de crédito

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuinte
- Delegacia
- IGF/SRE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- SEFA Net/SISCREd

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS -
Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS - nº
11.580/1996

INDICADORES

- Créditos utilizados pelos destinatários

PROCESSO ANALISAR INFORMAÇÕES

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Pesquisa e Investigação (SPI)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar análise sobre fatos ou situações de imediata ou potencial lesividade ao erário

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,0

ENTRADAS

- Informações, através de denúncia ou iniciativa própria, sobre fatos ou situações de imediata ou potencial lesividade ao erário
- Dados internos (do ambiente analítico ou de algum outro sistema gerido pela SEFA PR ou à disposição dela)
- Dados externos (de Órgãos ou de Entidades com informações de interesses)

ÁREAS ENVOLVIDAS

- IGF/SPI
- AGAA
- Órgãos ou Entidades com informações de interesses
- IGF/SPF

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Acessar a base de dados
- Verificar os dados disponíveis. Caso os dados disponíveis não sejam suficientes, buscar ou solicitar novos dados/informações
- Realizar o cruzamento de dados
- Realizar análise
- Comparar com a legislação de regência
- Identificar a fraude
- Identificar os responsáveis
- Encaminhar para a programação fiscal

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- DW
- BI
- Sistema de Inteligência Fiscal (que engloba demais fiscos estaduais e receita federal)
- Sistemas Cartorários (para fins de procurações, escrituras, registros civis)
- REDESIM
- JUCEPAR

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS - Decreto nº 7.871/2017
- Lei Orgânica do ICMS - nº 11.580/1996

PRODUTOS/SAÍDAS

- Relatório contendo informação fiscal sobre o objeto da consulta

INDICADORES

- ND

PROCESSO REALIZAR INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Pesquisa e Investigação (SPI)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Solicitar e receber informações ou prestar informações sobre fatos ou situações de imediata ou potencial lesividade ao erário

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

média

- Abrangência

média

- Complexidade

média

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,7

ENTRADAS

- Convênio, quando aplicável
- Contato com Órgão ou Entidade

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Considerando que o Convênio já esteja firmado, solicitar informação
- Receber a informação solicitada
- Providenciar a análise
- Quando solicitados, também no âmbito de algum Convênio, prestar informações

PRODUTOS/SAÍDAS

- Informação recebida
- Informação enviada

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Órgãos ou Entidades com informações de interesses
- IGF/SPI

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Sistema de Inteligência Fiscal (que engloba demais fiscos estaduais e receita federal)
- Expresso (E-mail)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS -
Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS - nº
11.580/1996

INDICADORES

- ND

PROCESSO MONITORAR A ARRECADAÇÃO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
SEFAC, SEMEC, SEAA, SEBEF
SECOM, SECE

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Acompanhar a arrecadação por setor, por período, emitindo, quando necessário ou solicitado, relatórios para tomada de decisão

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

baixa

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,4

ENTRADAS

- GRPR e GRNE
- Documentações Fiscais Eletrônicas
- Escrituração Fiscal Digital

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Acessar o sistema
- Realizar os filtros de análise
- Analisar as informações de saída no painel de monitoramento
- Compreender os motivos de variação
- Caso solicitado, emitir relatório

PRODUTOS/SAÍDAS

- Painéis estratificando a arrecadação por setor, por contribuinte, por período (inclusive variações por período), desde o setor (maior nível), até a inscrição estadual (menor nível)

ÁREAS ENVOLVIDAS

- IGF/SEFAC
- IGF/SEMEC
- IGF/SAIF
- AGAA

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- BI (MicroStrategy)
- Sistema EVA

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS -
Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS
- nº 11.580/1996

INDICADORES

- Arrecadação Acumulada
- Arrecadação do mês t vs. t-1
- Recolhimentos
- Entradas e Saídas de Operações
- Créditos
- Movimentações nas Doc. Fiscais. Eletrônicas

PROCESSO REALIZAR O ACOMPANHAMENTO DE CONTRIBUINTES

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
SEFAC, SEMEC, SEAA, SEBEF
SECOM, SECE

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Identificar indícios de irregularidades, quantificando o valor do crédito tributário a recuperar através de fiscalização inscrita na programação fiscal

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

média

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,6

ENTRADAS

- Monitoramento da Arrecadação
- GRPR e GRNE
- Documentações Fiscais Eletrônicas
- Escrituração Fiscal Digital

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Analisar guias recolhidas, documentações fiscais eletrônicas emitidas e escrituração realizada
- Buscar indícios de irregularidades
- Quantificar o valor das irregularidades (estimar créditos tributários a recuperar)
- Cadastrar na programação fiscal

PRODUTOS/SAÍDAS

- Relatórios com estimativas para recuperação de créditos tributários
- Cadastro dos relatórios na programação fiscal

ÁREAS ENVOLVIDAS

- IGF/SEFAC
- IGF/SEMEC
- IGF/SPF

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- BI (MicroStrategy)
- Sistema EVA
- Sistema de Programação Fiscal

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS -
Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS - nº
11.580/1996

INDICADORES

- Valor estimado do crédito tributário a recuperar

PROCESSO MINERAR DADOS

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Análise e Informações Fiscais
(SAIF)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Minerar dados e realizar análise de informações

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

média

- Complexidade

média

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,9

ENTRADAS

- Solicitação

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Minerar dados
- Cruzar informações
- Realizar análises quantitativas e qualitativas
- Prestar informação

PRODUTOS/SAÍDAS

- Resposta, na forma de valor, planilha, relatório etc

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Diretor da Receita
- DAET
- IGT
- IGF/SAIF

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- DW
- BI

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS -
Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS - nº
11.580/1996

INDICADORES

- ND

PROCESSO

ELABORAR A PROGRAMAÇÃO FISCAL

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Programação Fiscal (SPF)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Dar ordenamento às ações de fiscalização que serão realizadas pelas Delegacias

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

baixo

- Abrangência

alta

- Complexidade

muito alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,6

ENTRADAS

- Inserção, no sistema de programação fiscal, de indícios/denúncias

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Inserir itens (indícios/denúncias) na programação
- Levantar os recursos humanos disponíveis
- Quantificar o trabalho que será realizado
- Fazer as escolhas, p. ex., CT que estão decaindo, valores, indicações do secretário, empresa específica (contumaz)
- Rodar a distribuição para as regionais, criando uma tabela de distribuição do serviço
- Solicitar aceites

PRODUTOS/SAÍDAS

- Pacotes de trabalhos de fiscalização para as Delegacias

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Ministério Público e IGF/SPI
- IGF/SAIF
- IGF/SPF
- Delegacias
- Setores Especializados
- Diretoria da Receita
- Inspetoria Geral de Fiscalização

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Receita PR/Programação Fiscal

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Norma de Procedimento Administrativo nº 004/2018, alterado pela NPA nº 002/2021

INDICADORES

- ND

PROCESSO REALIZAR O ACOMPANHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO FISCAL

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Programação Fiscal (SPF)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Acompanhar as fiscalizações que estão sendo realizadas pelas Delegacias, considerando a programação prevista

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

médio

- Abrangência

médio

- Complexidade

baixa

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,1

ENTRADAS

- Programação fiscal
- Painel de controle da programação fiscal

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Realizar análise das informações disponíveis no painel
- Realizar ações corretivas, p. ex., redirecionamentos

PRODUTOS/SAÍDAS

- Análise do trabalho realizado
- Análise das CAF/OSF abertas
- Análise dos recursos disponíveis
- Análise dos valores recuperados

ÁREAS ENVOLVIDAS

- IGF/SPF
- Delegacias
- Inspetoria Geral de Fiscalização

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Receita PR/Programação Fiscal
- Painel de Programação Fiscal

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Norma de Procedimento Administrativo nº 004/2018, alterado pela NPA nº 002/2021

INDICADORES

- Trabalho Previsto vs. Realizado
- Valores recuperados
- Audidores alocados

PROCESSO ATUALIZAR A PROGRAMAÇÃO FISCAL

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Programação Fiscal (SPF)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Inserir, na programação fiscal vigente, novos itens (indícios/denúncias) e distribuir para a própria Delegacia solicitante ou para outra mais adequada ao trabalho

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

alto

- Abrangência

médio

- Complexidade

alto

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,9

ENTRADAS

- Inserção, no sistema de programação, de novos indícios/denúncias
- Solicitação de atendimento (emergencial) na programação vigente

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Inserir novos itens (indícios/denúncias)
- Solicitar atendimento na programação vigente
- Realizar a análise da solicitação
- Solicitar aprovação do Inspetor
- Distribuir para a própria (ou outra delegacia), considerando, também, decisão do Inspetor

PRODUTOS/SAÍDAS

- Alteração da programação fiscal vigente
- Distribuição do trabalho para a própria (ou outra) Delegacia

ÁREAS ENVOLVIDAS

- IGF/SPF
- Delegacias
- Setores Especializados
- Inspetoria Geral de Fiscalização

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Receita PR/Programação Fiscal

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Norma de Procedimento Administrativo nº 004/2018, alterado pela NPA nº 002/2021

INDICADORES

- ND

PROCESSO

■ CRIAR MALHAS FISCAIS E SOLICITAR AUTORREGULARIZAÇÃO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Análise e Informações Fiscais (SAIF)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Criar, manter ou descontinuar ferramentas de monitoramento e apontamento de desvios do comportamento econômico tributário dos contribuintes

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

média

- Abrangência

alta

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,0

ENTRADAS

- Solicitação

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber a demanda. Area especializada e SAIF, quando possível, buscam entender o problema e definir requisitos
- Analisar base de dados. Sistematizar cruzamento de dados. Homologar requisitos
- Construir solução ou utilizar uma já existente
- Testar. Comunicar SAC ou Programação Fiscal, conforme o caso
- Se envolve painel, isso já foi construído junto com Setor Analítico
- Colocar em produção, caso aplicável

PRODUTOS/SAÍDAS

- Relatórios
- Painéis Analíticos
- Malhas Fiscais
- Informações sobre Regularizações

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Diretoria da Receita
- IGF/SAIF
- Especializadas de Fiscalização
- AGAA
- CELEPAR

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- DW
- BI

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO REALIZAR FISCALIZAÇÃO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
SECOM, SECE, Delegacias

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Fiscalizar contribuintes, considerando indícios de omissões, erros ou fraudes que foram identificados durante o monitoramento

ANÁLISE DE MATURIDADE

Maturidade

baixa

Aderência de soluções de tecnologia

média

Volume de demanda

média

Abrangência

média

Complexidade

alta

Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,6

ENTRADAS

- Monitoramento da Arrecadação
- GRPR e GRNE
- Documentações Fiscais Eletrônicas
- Escrituração Fiscal Digital

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Notificar o contribuinte, informando-o sobre o processo de fiscalização
- Solicitar documentação complementar, caso necessário
- Analisar as informações
- Avaliar a viabilidade de exigência do crédito
- Solicitar defesa prévia
- Emitir AI, se a defesa prévia não for satisfatória

PRODUTOS/SAÍDAS

- Auto de Infração
- Relatório circunstanciado sobre omissões, erros ou fraudes identificadas e a viabilidade de exigência do crédito tributário

ÁREAS ENVOLVIDAS

- IGF/SECOM
- IGF/SECE
- Delegacias
- IGF/SAIF
- AGAA

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- BI (MicroStrategy)
- Sistema EVA
- Domicílio Tributário Eletrônico (DTE)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Valor estimado do crédito tributário a recuperar

PROCESSO REALIZAR O DESEMBARAÇO ELETRÔNICO DE IMPORTAÇÃO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)
Setor de Regimes Especiais (SRE)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Apurar o valor devido de ICMS Importação para que o desembaraço de mercadoria importada possa ser realizado

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

alta

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

baixo

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,1

ENTRADAS

- Dados da Secretaria da Receita Federal
- Cadastro de Representação

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber as informações da SRF
- Realizar carga no sistema DEIM
- O contribuinte informará o tratamento tributário (p. ex., qual o destino do item importado: ativo, processo produtivo)
- Após o tratamento, ou o sistema libera ou vai para análise fiscal
- Gerar a Guia

PRODUTOS/SAÍDAS

- Guia do ICMS Importação
- Pagamento do ICMS Importação
- Desembaraço Aduaneiro da Mercadoria

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuinte importador OU Representante/Despachante
- Recintos Aduaneiros
- Delegacias
- IGF/SRE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Receita PR/DEIM

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Desembaraço de Importação por período
- Valor recolhido (global e por atividade econômica)

PROCESSO

ANALISAR E INTERPRETAR LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Tributação (IGT)
Setor de Processo de Natureza Tributária (SPNT)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Atender solicitações internas sobre a correta aplicação da legislação tributária do ICMS, do IPVA ou do ITCMD em um caso concreto

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

média

5

- Abrangência

alta

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

5

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,7

ENTRADAS

- Solicitações internas sobre a correta aplicação da legislação tributária do ICMS, do IPVA ou do ITCMD em um caso concreto

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber a solicitação
- Buscar entendimento sobre a solicitação e o caso concreto
- Buscar a legislação tributária aplicável ao caso concreto
- Interpretar a legislação
- Desenvolver a manifestação (na forma de Parecer ou documento correlato)

PRODUTOS/SAÍDAS

- Parecer

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Unidade demandante
- Setor responsável pelo tributo, ou seja, setor responsável pelo IPVA, ITCMS, Simples, ICMS
- IGT/SNO
- IGT/SCO
- IGT/SALT

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Legislação/Web
- Legislação/Fólio

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS -
Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS - nº
11.580/1996

INDICADORES

- ND

PROCESSO

EMITIR PARECERES OU INFORMAÇÕES

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR			OBJETIVO DO PROCESSO			
DONO DO PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	NATUREZA DO NEGOCIO				
Inspetoria Geral de Tributação (IGT) Setor Normativo Tributário (SNO)	Finalístico	Receita	<ul style="list-style-type: none">Elaborar minutas das legislações tributárias			
ANÁLISE DE MATURIDADE			ENTRADAS	PRINCIPAIS ATIVIDADES	PRODUTOS/SAÍDAS	
<ul style="list-style-type: none">Maturidade baixaAderência de soluções de tecnologia baixaVolume de demanda médiaAbrangência altaComplexidade baixaImpacto no resultado estratégico alto			<ul style="list-style-type: none">Solicitações de Pareceres da AL, considerando Projetos de LeiSolicitações de Informações do Setor Produtivo ou da AL. Nesse último caso, considerando benefícios fiscais, p. ex	<ul style="list-style-type: none">Receber a solicitaçãoDefinir se cabe parecer ou informação, através de uma análise inicialVerificar a existência de trabalho já realizadoDistribuir para o auditorManifestação de outro setor, caso necessárioAnálise do SetorAnálise do InspetorProduzir o parecer ou a informação	<ul style="list-style-type: none">Pareceres para ALInformações para AL ou Setor Produtivo	
POTENCIAL DE SERVIÇOS (GRAU DE CRITICIDADE)			ÁREAS ENVOLVIDAS	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES	INDICADORES
Básica (de 1 a 1,5) Média (de 1,5 a 3) Alta (de 3 a 5) 3,6			<ul style="list-style-type: none">IGAIGFIGT/SNOGabinete do Secretário.Receita Estadual e Respetivos SetoresAssembleia LegislativaSetor Produtivo	<ul style="list-style-type: none">Pacote OfficeShare PointE-mail (Expresso).E-protocolo	<ul style="list-style-type: none">- Regulamento ICMS - Decreto nº 7.871/2017- Lei Orgânica do ICMS - nº 11.580/1996	<ul style="list-style-type: none">ND

PROCESSO ELABORAR MINUTAS SOBRE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Tributação (IGT)
Setor Normativo Tributário (SNO)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Elaborar minutas das legislações tributárias

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

baixa

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

alta

- Complexidade

muito alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,1

ENTRADAS

- Solicitação do Secretário
- Iniciativa Própria

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber a solicitação
- Realizar análise inicial
- Distribuir para auditor, para debater com o demandante
- Produzir o rascunho primário
- Análise do Setor
- Análise do Inspetor
- Produzir a espécie normativa

PRODUTOS/SAÍDAS

- Minuta de alteração da Legislação Tributária, incluindo a própria minuta e, ainda, ofício, parecer, justificativa, exposição de motivos

ÁREAS ENVOLVIDAS

- IGA
- IGF
- IGT/SNO
- Gabinete do Secretário.
- Receita Estadual e Respectivos Setores
- Assembleia Legislativa

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Pacote Office
- Share Point
- E-mail (Expresso).
- E-protocolo

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS -
Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS - nº
11.580/1996

INDICADORES

- ND

PROCESSO ATENDER CONSULTAS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Tributação (IGT)
Setor Consultivo (SCO)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Atender solicitações de contribuintes ou seus representantes legais, consultores tributários, órgãos, entidades sobre a correta aplicação da legislação tributária do ICMS, do IPVA ou do ITCMD

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

média

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

baixa

- Abrangência

baixa

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,0

ENTRADAS

- Solicitações de contribuintes ou seus representantes legais, consultores tributários, órgãos, entidades sobre a correta aplicação da legislação tributária do ICMS, do IPVA ou do ITCMD

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber a solicitação
- Realizar avaliação sobre condições de atendimento
- Realizar a distribuição
- Realizar análise sobre o objeto
- Emitir minuta de resposta
- Discutir resposta
- Solicitar validação
- Dar ciência ao interessado

PRODUTOS/SAÍDAS

- Resposta à consulta, que é expedida na forma de consulta (propriamente dita) ou informação

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuinte (ou não contribuinte)
- IGT/SCO
- Delegacias
- Especializadas

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Processo Administrativo Eletrônico (E-Protocolo)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS -
Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS - nº
11.580/1996

INDICADORES

- Número de respostas às consultas
- Prazo de resposta

PROCESSO ATUALIZAR E DISPONIBILIZAR LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Tributação (IGT)
Setor de Administração da Base de
Dados da Legislação Tributária (SALT)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Planejar, criar, gerir e disponibilizar a base de informações e consultas sobre legislação tributária, tanto para o público interno, quanto para o público externo

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

baixa

- Volume de demanda

média

- Abrangência

baixa

- Complexidade

média

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,7

ENTRADAS

- Legislação Tributária (Leis, Decretos, Resoluções, Instruções, Acórdãos) publicada

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Acompanhar alterações na legislação tributária
- Verificar publicação
- Atualizar a base de informações
- Divulgar alterações

PRODUTOS/SAÍDAS

- Legislação Tributária (Leis, Decretos, Resoluções, Instruções, Acórdãos) na base de informações e consultas

ÁREAS ENVOLVIDAS

- IGT/SALT
- IGT/SNO

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Legislação/Web
- Legislação/Fólio Views

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Regulamento ICMS -
Decreto nº 7.871/2017

- Lei Orgânica do ICMS - nº
11.580/1996

INDICADORES

- Número de respostas às consultas
- Prazo de resposta

PROCESSO REALIZAR A COBRANÇA ADMINISTRATIVA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor de Cobrança Administrativa
(SCOB)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar a cobrança administrativa dos crédito tributários devidos e não pagos pelos contribuintes

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

alta

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,3

ENTRADAS

- Relatórios, informando a existência de um CT exigível (devido e não pago)

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Gerar relatório
- Enviar e-mail, SMS. Telefonar
- Realizar reuniões, inclusive com grandes contribuintes
- Gerir/Realizar parcelamentos
- Solicitar inscrição em Dívida Ativa
- Inscriver no CADIN

PRODUTOS/SAÍDAS

- A recuperação dos CT exigíveis
- Parcelamentos
- Inscrições em Dívida Ativa
- Inscrições no CADIN

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Contribuinte
- Especializadas/Espécie Tributária
- IGA/SCOB
- Delegacias Regionais

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- BI. IVA para fins de IPVA. TAP para fins de parcelamento. DAE na dívida ativa. E-PAF como sistema gestor do processo Adm. Fiscal. FIR para atualização de valores devidos e visão global. CIF como cadastro no âmbito do ICMS. CDW para certidões. CADIN

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Lei 18.466/2015 – Cadastro de Inadimplentes
- Art. 52, Lei 11.580/96 – Devedores Contumazes
- Art. 113 a 119, Decreto 7.871/17 – Devedores Contumazes no âmbito do ICMS
- Art. 41, Lei 11.580/96 – Parcelamento do ICMS
- Art. 26 a 28, Lei 18.573/15 – Parcelamento do ITCMD
- Art. 12, Lei 14.260/03 – Parcelamento do IPVA

INDICADORES

- Inadimplência

PROCESSO REALIZAR INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)
Setor de Dívida Ativa (SDA)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Inscrever o contribuinte na dívida ativa do Estado, extraindo a Certidão, o que permitirá a proposição da Ação de Execução Fiscal

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

alta

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,1

ENTRADAS

- Protocolo de Inscrição em DA, contendo: Indicativo do Devedor, Nome do Devedor, Tipo de Crédito, Qual a origem/referência, Valor, Data de Referência

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber o protocolo de solicitação
- Realizar análise
- Redigir informação para instrução do processo
- Proceder inclusão da dívida no sistema
- Providenciar assinaturas

PRODUTOS/SAÍDAS

- Certidão de Dívida Ativa

ÁREAS ENVOLVIDAS

- IGA/SDA
- PGE
- Delegacias Regionais
- Procon
- Antigo Instituto Ambiental do Paraná, hoje IAT
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná (ADAPAR)

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Processo Administrativo Digital (E-protocolo). Sistema de Informações e Recolhimento do ICMS (FIR). Sistema de Imposto sobre Veículos Automotores (IVA)
- Cadastro de Contribuintes do ICMS (CIF). Receita PR. Sistema de Dívida Ativa Estadual (DAE). SEFANET.

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO

RETIFICAR, CANCELAR, SUSPENDER DÍVIDA ATIVA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	NATUREZA DO NEGOCIO
Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA) Setor de Dívida Ativa (SDA)	Finalístico	Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Retificar, cancelar ou suspender a inscrição do contribuinte na Dívida Ativa

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade



- Aderência de soluções de tecnologia



- Volume de demanda



- Abrangência



- Complexidade



- Impacto no resultado estratégico



POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,1

ENTRADAS

- Protocolo solicitando retificação de um ou mais elementos registrados na CDA ou cancelamento da inscrição em DA ou suspensão da cobrança (Exigibilidade) do CT inscrito em DA

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber o protocolo de solicitação
- Realizar análise
- Redigir informação para instrução do processo
- Proceder retificação, cancelamento ou suspensão.
- Providenciar assinaturas

PRODUTOS/SAÍDAS

- Certidão de Dívida Ativa Substituída
- Cancelamento da Inscrição em DA
- Suspensão da Cobrança (da Exigibilidade)

ÁREAS ENVOLVIDAS

- IGA/SDA
- PGE
- Delegacias Regionais
- Procon
- Antigo Instituto Ambiental do Paraná, hoje IAT
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná (ADAPAR)

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Processo Administrativo Digital (E-protocolo). Sistema de Informações e Recolhimento do ICMS (FIR). Sistema de Imposto sobre Veículos Automotores (IVA)
- Cadastro de Contribuintes do ICMS (CIF). Receita PR. Sistema de Dívida Ativa Estadual (DAE). SEFANET.

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO JULGAR RECURSOS NA 1ª INSTÂNCIA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Tributação (IGT)
Setor de Processo Administrativo Fiscal (SPAF) e Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Julgar, em sede de 1ª instância, recursos administrativos

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade



- Aderência de soluções de tecnologia



- Volume de demanda



- Abrangência



- Complexidade



- Impacto no resultado estratégico



POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

0,0

ENTRADAS

- Autos de Infração
- Impugnação do Sujeito Passivo

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Analisar
- Enviar para a dívida ativa
- Diligência
- Parecer
- Emitir decisão de 1a Instância
- Ciência
- Classificar sujeito passivo
- Ofício para novo auto

PRODUTOS/SAÍDAS

- Decisão de 1a Instância
- Embargo
- Rescisão
- Recursos (Voluntário ou de Ofício)

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Delegados de Julgamento
- Parecerista de 1a Instância
- Fiscal responsável pelo AI

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- E-PAF

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO

JULGAR RECURSOS NA 2ª INSTÂNCIA

CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Inspetoria Geral de Tributação (IGT)
Setor de Processo Administrativo Fiscal (SPAF) e Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGOCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Julgar, em sede de 2ª instância, nas Câmaras ou no Pleno, recursos administrativos

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade



- Aderência de soluções de tecnologia



- Volume de demanda



- Abrangência



- Complexidade



- Impacto no resultado estratégico



POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

0,0

ENTRADAS

- Decisão de 1a Instância
- Embargo
- Rescisão
- Recursos (Voluntário ou de Ofício)

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Parecer
- Conselheiro relator
- Vistas do Processo
- Agendamento
- Diligências
- Acórdão
- Termo de Retificação
- Alteração de Penalidade
- Ciência
- Esclarecimentos
- Liquidação de valores

PRODUTOS/SAÍDAS

- Decisão de 2a Instância
- Decisão parcialmente favorável ao contribuinte c/ sol. de atualização do AI
- Decisão totalmente favorável ao contribuinte c/ sol. de cancelamento do AI
- Decisão totalmente desfavorável ao contribuinte c/ ou s/ atualização da dívida

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Chefe da Representação Fiscal
- Conselheiro
- Presidente da Câmara
- Pleno
- Setor PAF
- Fiscal responsável pelo AI

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- E-PAF

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO CONCEDER APOSENTADORIA

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGOCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Atender pedido de aposentadoria feito por servidor

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

multo alta

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,9

ENTRADAS

- Formulário de requerimento da aposentadoria

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber o requerimento
- Anexar documentações necessárias para concessão
- Análise da Corregedoria, no âmbito do PAD, para emissão de Certidões
- Análise da SEAP e emissão de Certidões Complementares
- Análise pela Paraná Previdência.
- Emitir Resolução (SEAP)
- Publicar
- Encaminhar para o TCPR (Paraná Previdência)

PRODUTOS/SAÍDAS

- Resolução de Aposentadoria
- Publicação no DIOE
- Comunicação ao servidor
- Solicitação de cálculo das verbas rescisórias

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Servidor
- GRHS
- Corregedoria
- SEAP
- Paraná Previdência
- DIOE
- TCPR

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Meta 4 (ou SIP)
- Expresso (E-mail)
- Processo Administrativo Eletrônico (E-Protocolo)
- Sistema DIOE

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Aposentadorias por período

PROCESSO

CONCEDER LICENÇA (ESPECIAL OU S/ VENCIMENTO)

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



AMF
ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO
FAZENDÁRIA



CADEIA DE VALOR			OBJETIVO DO PROCESSO			
DONO DO PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	NATUREZA DO NEGOCIO	<ul style="list-style-type: none">Atender pedido de licença especial feita por servidor			
Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)	Suporte	SEFA				

ANÁLISE DE MATURIDADE	ENTRADAS	PRINCIPAIS ATIVIDADES	PRODUTOS/SAÍDAS
<ul style="list-style-type: none">Maturidade <div><div>baixa</div></div>Aderência de soluções de tecnologia <div><div>média</div></div>Volume de demanda <div><div>média</div></div>Abrangência <div><div>média</div></div>Complexidade <div><div>média</div></div>Impacto no resultado estratégico <div><div>alto</div></div>	<ul style="list-style-type: none">Formulário de requerimento da licença	<ul style="list-style-type: none">Receber o requerimentoRealizar a inclusão no dossiê do servidorRealizar análise do direitoAnálise da Corregedoria, no âmbito do PAD, para emissão de CertidõesAutorização pela Diretoria imediataEmitir PortariaPublicar	<ul style="list-style-type: none">Portaria de concessão da licençaPublicação no DIOE

POTENCIAL DE SERVIÇOS (GRAU DE CRITICIDADE)	ÁREAS ENVOLVIDAS	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES	INDICADORES
<div><div>Básica (de 1 a 1,5)</div><div>Média (de 1,5 a 3)</div><div>Alta (de 3 a 5)</div><div>3,4</div></div>	<ul style="list-style-type: none">ServidorGRHSCorregedoriaDiretoria da SEFADiretoria da ReceitaDIOE	<ul style="list-style-type: none">Meta 4Expresso (E-mail)Processo Administrativo Eletrônico (E-Protocolo)Sistema DIOE		<ul style="list-style-type: none">Servidores em licença

PROCESSO CONCEDER ABONO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Atender pedido de licença feita por servidor

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

baixo

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,1

ENTRADAS

- Formulário de requerimento do abono de permanência

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber o requerimento
- Anexar documentações necessárias para concessão
- Análise da Corregedoria, no âmbito do PAD, para emissão de Certidões
- Análise da SEAP e emissão de Certidões Complementares
- Emitir Resolução (SEAP)
- Publicar

PRODUTOS/SAÍDAS

- Resolução de concessão do abono de permanência
- Publicação no DIOE

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Servidor
- GRHS
- Corregedoria
- SEAP
- DIOE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Meta 4
- Expresso (E-mail)
- Processo Administrativo Eletrônico (E-Protocolo)
- Sistema DIOE

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Abonos de permanência concedidos

PROCESSO REALIZAR CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGOCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Atender pedido de contagem de tempo de serviço exercido na iniciativa privada ou em outros órgãos ou entidades, para fins de aposentadoria, p. ex.

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

baixa

- Abrangência

média

- Complexidade

baixa

- Impacto no resultado estratégico

baixo

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

2,6

ENTRADAS

- Formulário de requerimento de tempo de serviço

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber o requerimento
- Emitir a certidão
- Realizar lançamento no dossiê do servidor
- Publicar
- Dar ciência ao servidor

PRODUTOS/SAÍDAS

- Portaria de concessão do tempo de serviço
- Publicação no DIOE

ÁREAS ENVOLVIDAS

- INSS
- Servidor
- GRHS
- SEAP
- DIOE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Meta 4
- Expresso (E-mail)
- Processo Administrativo Eletrônico (E-Protocolo)
- Sistema DIOE

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO CONCEDER FÉRIAS

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGOCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Atender pedido de férias feito por servidor

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

média

- Complexidade

baixo

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,1

ENTRADAS

- Formulário de requerimento de férias

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber o requerimento
- Verificar o período de direito
- Implantar as férias (registro do período)
- Realizar o despacho para ciência
- Informar à chefia imediata
- Emitir resolução de substituição, caso as férias demandem servidor substituto

PRODUTOS/SAÍDAS

- Despacho, no próprio requerimento, reconhecendo as férias
- Resolução de substituição do servidor em gozo de férias, caso necessário
- Publicação da Resolução de substituição

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Servidor
- GRHS
- Chefia Imediata
- DIOE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Meta 4
- Expresso (E-mail)
- Processo Administrativo Eletrônico (E-Protocolo)
- Sistema DIOE

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO REALIZAR DISPOSIÇÃO FUNCIONAL (SEFA/PR)

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Atender pedido de órgão ou entidade sobre disposição de servidor

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

baixo

- Abrangência

média

- Complexidade

médio

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,3

ENTRADAS

- Solicitação do órgão ou da entidade, por ofício ou por formulário de requerimento

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber a solicitação ou o formulário de requerimento
- Preencher formulário de aceite
- Preencher formulário de assentamento funcional
- Realizar manifestação sobre a disposição
- Realizar a apresentação do servidor no órgão ou na entidade solicitante

PRODUTOS/SAÍDAS

- Anotação funcional no dossiê
- O ônus pode ser da origem, do destino ou da origem com ressarcimento. Essa informação segue para o GOFS

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Servidor
- GRHS
- SEAP

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Meta 4
- Expresso (E-mail)
- Processo Administrativo Eletrônico (E-Protocolo)
- Sistema DIOE

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Servidores à disposição de órgãos ou entidades

PROCESSO

NOMEAR OU EXONERAR

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Atender pedido, feito pela Diretoria, para nomeação ou exoneração

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

média

- Abrangência

média

- Complexidade

médio

- Impacto no resultado estratégico

médio

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,1

ENTRADAS

- Solicitação de nomeação ou exoneração feita pelo Diretor da Secretaria da Fazenda

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber a solicitação
- Promover o memorando expondo a situação, indicando a pessoa e o cargo que irá ocupar (ou deixar)
- Encaminhar para Casa Civil
- Assinar o ato autorizativo
- Publicação

PRODUTOS/SAÍDAS

- Decreto de nomeação ou exoneração
- Publicação no DIOE
- Informação para implantação (ou exclusão) na folha

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Servidor
- GRHS
- Diretoria da SEFA
- Gabinete do Secretário
- Casa Civil
- DIOE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Meta 4
- Expresso (E-mail)
- Processo Administrativo Eletrônico (E-Protocolo)
- Sistema DIOE

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Cargos de livre nomeação e exoneração ocupados

PROCESSO REALIZAR INCLUSÕES NA FOLHA DE PAGAMENTO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGOCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar a inclusão de informações na folha, desde aposentadorias até abonos.

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

média

- Volume de demanda

muito alta

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,9

ENTRADAS

- Informações sobre a folha (decretos de nomeação e exoneração, aposentadorias, abonos, férias)

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Realizar as inclusões na folha
- Realizar a conferência de valores
- Encaminhar para SEAP

PRODUTOS/SAÍDAS

- Inclusões ou exclusões de informações na folha

ÁREAS ENVOLVIDAS

- GRHS
- SEAP
- CELEPAR

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Meta 4 (ou SIP)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO

LEVANTAR NECESSIDADE DE TREINAMENTOS

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR			OBJETIVO DO PROCESSO
DONO DO PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	NATUREZA DO NEGÓCIO	• Identificar necessidades de capacitação
Escola Fazendária (EFAZ)	Suporte	SEFA	

ANÁLISE DE MATURIDADE	ENTRADAS	PRINCIPAIS ATIVIDADES	PRODUTOS/SAÍDAS
<ul style="list-style-type: none">Maturidade baixaAderência de soluções de tecnologia muito baixaVolume de demanda baixaAbrangência muito altaComplexidade médiaImpacto no resultado estratégico muito alto	<ul style="list-style-type: none">Planilha englobando: capacitação, público-alvo, período, com/sem contratação, modalidade	<ul style="list-style-type: none">Preparar a planilhaEnviar aos gestoresReceber as informaçõesConsolidar as informaçõesValidar a consolidação	<ul style="list-style-type: none">Planilha consolidada
POTENCIAL DE SERVIÇOS (GRAU DE CRITICIDADE)	ÁREAS ENVOLVIDAS	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES
<p>Básica (de 1 a 1,5) Média (de 1,5 a 3) Alta (de 3 a 5)</p> <p>4,1</p>	<ul style="list-style-type: none">EFAZ.Inspetorias, SetoresDiretorias, Departamentos, SetoresAssessoriasNúcleosGrupos	<ul style="list-style-type: none">Pacote OfficeE-mail (Expresso)Trello	
			INDICADORES
			<ul style="list-style-type: none">ND

PROCESSO

ELABORAR PROGRAMA DE TREINAMENTOS

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Escola Fazendária (EFAZ)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Elaborar o programa global de capacitação

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

baixa

- Volume de demanda

baixa

- Abrangência

muito alta

- Complexidade

média

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,0

ENTRADAS

- Planilha consolidada
- Conteúdos programáticos
- Custos, quando aplicável

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Buscar conteúdos programáticos e custo aplicáveis
- Elaborar o programa
- Validar o programa
- Emitir Resolução
- Publicar Resolução
- Publicar o Programa

PRODUTOS/SAÍDAS

- Programa de Capacitação
- Resolução da SEFA para publicação do programa de capacitação

ÁREAS ENVOLVIDAS

- EFAZ
- Diretoria Geral
- Gabinete do Secretário

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Pacote Office
- E-mail (Expresso)
- Processo Administrativo Digital (E-Protocolo)
- Trello

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Custos
- Número de capacitados
- Número de eventos
- Horas de capacitação

PROCESSO

ELABORAR PROJETO DE TREINAMENTO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR			OBJETIVO DO PROCESSO			
DONO DO PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	NATUREZA DO NEGÓCIO	<ul style="list-style-type: none">Elaborar o projeto individual de capacitação			
Escola Fazendária (EFAZ)	Suporte	SEFA				

ANÁLISE DE MATURIDADE	ENTRADAS	PRINCIPAIS ATIVIDADES	PRODUTOS/SAÍDAS
<ul style="list-style-type: none">Maturidade <div><div>4</div><div>alta</div></div>Aderência de soluções de tecnologia <div><div>baixa</div></div>Volume de demanda <div><div>média</div></div>Abrangência <div><div> muito alta</div></div>Complexidade <div><div>média</div></div>Impacto no resultado estratégico <div><div> muito alto</div></div>	<ul style="list-style-type: none">Programa de CapacitaçãoConteúdos programados	<ul style="list-style-type: none">Desenvolver o projeto (objetivo, justificativa, período, custos, modalidade)Validar o projeto	<ul style="list-style-type: none">Projeto de Capacitação

ÁREAS ENVOLVIDAS	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none">EFAZ.Inspetorias, SetoresDiretorias, Departamentos, SetoresAssessoriasNúcleosGrupos	<ul style="list-style-type: none">Pacote OfficeE-mail (Expresso)Processo Administrativo Digital (E-Protocolo)Trello		<ul style="list-style-type: none">CustosNúmero de capacitadosNúmero de eventosHoras de capacitação

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,9

PROCESSO

CONTRATAR INSTRUTOR NÃO REMUNERADO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Escola Fazendária (EFAZ)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Contratar instrutor, porém, não remunerado

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

muito alta

- Aderência de soluções de tecnologia

baixa

- Volume de demanda

média

- Abrangência

baixa

- Complexidade

muito baixa

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,0

ENTRADAS

- Projeto de Capacitação

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Buscar anuência da chefia imediata. Caso externo, não é necessário

PRODUTOS/SAÍDAS

- Instrutor responsável, não remunerado, interno ou externo

ÁREAS ENVOLVIDAS

- EFAZ
- Diretor da SEFA
- Diretor da Receita
- Chefia Imediata do Instrutor
- Instrutor

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Pacote Office
- E-mail (Expresso)
- Processo Administrativo Digital (E-Protocolo)
- Trello

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO

CONTRATAR INSTRUTOR REMUNERADO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Escola Fazendária (EFAZ)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Contratar instrutor remunerado

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

média

- Aderência de soluções de tecnologia

baixa

- Volume de demanda

média

- Abrangência

muito alta

- Complexidade

muito alta

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,3

ENTRADAS

- Projeto de Capacitação

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Criar o protocolo com o projeto de capacitação, com informação da escola indicando o trâmite: proposta GRTR ou GEEP, anuência do órgão de origem, currículo resumido, titulações (diplomas e certificados), direitos autorais, impacto na folha, dossiê, não atuação em centros formadores, disponibilidade orçamentária, DG, PGE, Escola de Gestão, notificação ao instrutor.
- Após realização do evento: incluir atestado de frequência do instrutor, adequação orçamentária (se o exercício mudar), encaminhar ao GRHS para pagamento.

PRODUTOS/SAÍDAS

- Instrutor responsável, remunerado, interno ou externo

ÁREAS ENVOLVIDAS

- EFAZ.
- GRHS
- GOFS
- Diretoria da SEFA
- Procuradoria Geral do Estado
- Escola de Gestão

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Pacote Office
- E-mail (Expresso)
- Processo Administrativo Digital (E-Protocolo)
- Meta 4 para Dossiê e Teto Remuneratório
- SIAF
- Trello

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO REALIZAR TREINAMENTO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Escola Fazendária (EFAZ)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Realizar o evento de capacitação

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

alta

- Aderência de soluções de tecnologia

baixa

- Volume de demanda

alta

- Abrangência

baixa

- Complexidade

baixa

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

3,4

ENTRADAS

- Projeto de Capacitação
- Infraestrutura preparada para o evento
- Instrutor
- Alunos inscritos

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Antes: reunião com o instrutor e setores demandantes. Reserva de sala. Recursos necessários. Reservar espaço. Preparação do laboratório. Arte de divulgação do evento. Evento no workflow. Divulgar evento. Acompanhar inscrições. Necessidade de coffee break. Necessidade de layout da sala. Montar pastas, blocos e canetas
- Durante: realizar o evento. Apurar frequência. Avaliar reação. Registrar imagens do evento
- Após: inserção as informações do evento no E-Protocolo. Caso necessário, executar etapa de pagamento. Finalizar o E-Protocolo

PRODUTOS/SAÍDAS

- Alunos capacitados
- Certificados emitidos, quando aplicável
- Lista de frequência
- Avaliação de reação
- Registro de imagens
- Protocolo arquivado

ÁREAS ENVOLVIDAS

- EFAZ.
- CELEPAR
- Assessoria Téc. Adm. (ATA)

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Sistema de Gestão de Cursos (Workflow)
- Sistema de OS (GLPI)
- Trello
- E-mail (Expresso)
- Processo Administrativo Digital (E-Protocolo)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Avaliação de reação
- Número de capacitados
- Número de eventos

PROCESSO GERIR PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Assessoria e Gerência de Assuntos Institucionais (**AGAI**)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Apurar quotas para pagamento do prêmio de produtividade, para servidores na carreira de auditor fiscal

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

baixa

- Volume de demanda

média

5

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,0

ENTRADAS

- Ações que geram quotas para pagamento de prêmio de produtividade, tanto para servidores na produção, quanto para servidores no suporte, na carreira de auditor fiscal

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Receber as informações sobre as ações que geram cotas de produtividade, oriundos das Delegacias (produção)
- Apurar cotas dos servidores no suporte (média)
- Realizar análise crítica. Se não existe desvios, encaminhar para GRHS. Caso contrário, realizar tratamento, com apoio da CELEPAR, para posterior encaminhamento à GRHS

PRODUTOS/SAÍDAS

- Cotas do prêmio de produtividade apuradas e analisadas, prontas para incorporação na folha de pagamento (N+2)

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Delegacias Regionais
- AGAI
- GRHS
- CELEPAR

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- SEFANET
- Meta 4

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- ND

PROCESSO PLANEJAR AQUISIÇÕES

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios (NLCC)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Levantar necessidades de contratação de produtos ou serviços e definir/detalhar os requisitos necessários à contratação de produtos ou serviços

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

médio

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

baixa

- Abrangência

baixa

- Complexidade

baixa

- Impacto no resultado estratégico

baixo

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

2,1

ENTRADAS

- Identificação da demanda por produtos ou serviços
- Necessidade de contratação

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Levantar necessidades, inclusive quantificação
- Realizar estudos técnicos preliminares
- Realizar benchmarking
- Especificar objeto
- Levantar requisitos
- Realizar pesquisa de preço
- Elaborar orçamento
- Construir o Projeto Básico ou o Termo de Referência
- Solicitar aprovação

PRODUTOS/SAÍDAS

- Necessidade de contratação identificada
- Projeto Básico Aprovado
- Termo de Referência Aprovado

ÁREAS ENVOLVIDAS

- NLCC
- Áreas Demandantes

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Processo Administrativo Digital (E-Protocolo)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017 - Regimento da SEFA
- Lei Estadual nº 15.608/2007
- Decreto Estadual nº 4.993/2016
- Decreto Estadual nº 8.943/2018
- Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
- Manual de Compras Diretas (Elaborado pelo SEFA/NLCC)
- Manual GN 2349-15
- Manual do Executor BID 2021

INDICADORES

- ND

PROCESSO GERIR MODALIDADES DE AQUISIÇÕES

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios (NLCC)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Adquirir produtos e serviços, credenciar prestadores de serviços e selecionar, no âmbito dos projetos financiados pelo BID, prestadores e fornecedores com base em qualidade e custo

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

multo alta

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

média

- Abrangência

alta

- Complexidade

média

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

2,7

ENTRADAS

- Projeto Básico
- Termo de Referência
- Termo de Referência
- Termo de Dispensa

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Providenciar pregão eletrônico;
- Dispensar licitação;
- Inexigir licitação;
- Providenciar credenciamento;
- Providenciar SBQC e SBQ.

PRODUTOS/SAÍDAS

- Homologação;
- Reconhecimento e Ratificação da Situação de Dispensa
- Reconhecimento e Ratificação da Situação de Inexigibilidade
- Prestadores credenciados

ÁREAS ENVOLVIDAS

- NLCC
- Procuradoria Geral do Estado
- GOFS
- Diretoria Geral
- Áreas Demandantes

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS)
- Processo Administrativo Digital (E-Protocolo)
- Licitações-E

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017 - Regimento da SEFA
- Lei Estadual nº 15.608/2007
- Decreto Estadual nº 4.993/2016
- Decreto Estadual nº 8.943/2018
- Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
- Manual de Compras Diretas (Elaborado pelo SEFA/NLCC)
- Manual GN 2349-15
- Manual do Executor BID 2021

INDICADORES

- ND

PROCESSO GERIR CONTRATOS DE AQUISIÇÃO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios (NLCC)

CLASSIFICAÇÃO

Suporte

NATUREZA DO NEGÓCIO

SEFA

OBJETIVO DO PROCESSO

- Firmar o ajuste de prestação de serviços ou fornecimento de produtos, efetuando as alterações quando necessário, assim como o efetuar o acompanhamento físico e financeiro do contrato

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

média

- Aderência de soluções de tecnologia

alta

- Volume de demanda

média

- Abrangência

média

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

2,8

ENTRADAS

- Homologação
- Autorização da Despesa
- Autorização da Contratação
- Reconhecimento e Ratificação da Situação de Dispensa ou da Inexigibilidade
- Prestadores Credenciados
- Manifestação do Fiscal do Contrato
- Manifestação da Contratada

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Elaborar o contratos
- Alterar contratos
- Realizar o acompanhamento físico do contrato
- Realizar o acompanhamento financeiro do contrato

PRODUTOS/SAÍDAS

- Contrato firmado e publicado
- Termo Aditivo ao Contratos
- Termo de Apostilamento
- Termo de Aceite
- Termo de Recebimento
- Empenho
- Pagamento da NF

ÁREAS ENVOLVIDAS

- NLCC
- Autoridades Competentes
- Contratante
- Imprensa Oficial
- PGE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS)
- Processo Administrativo Digital (E-Protocolo)
- Sistema do Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

- Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017 - Regimento da SEFA
- Lei Estadual nº 15.608/2007
- Decreto Estadual nº 4.993/2016
- Decreto Estadual nº 8.943/2018
- Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
- Manual de Compras Diretas (Elaborado pelo SEFA/NLCC)
- Manual GN 2349-15
- Manual do Executor BID 2021

INDICADORES

- ND

PROCESSO

DISPONIBILIZAR ASSUNTO NO AMBIENTE ANALÍTICO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Assessoria e Gerência do Ambiente Analítico (**AGAA**)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Disponibilizar, no ambiente analítico, assuntos do ambiente transacional da SEFA ou de um órgão ou uma entidade externo de interesse

ANÁLISE DE MATURIDADE

- Maturidade

baixa

- Aderência de soluções de tecnologia

muito alta

- Volume de demanda

muito alta

- Abrangência

alta

- Complexidade

alta

- Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,0

ENTRADAS

- Solicitação da Unidade Demandante
- Identificação de Necessidade
- Dados interno ou externos

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Unidade Demandante
- Unidade responsável por gerenciar os dados
- CELEPAR, como entidade responsável pela hospedagem dos dados
- AGAA

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Solicitação ou Identificação da Necessidade
- Entendimento do dado e da área de assunto
- Geração de especificação de ingestão, limpeza e integração dos dados
- Modelagem entidade relacionamento
- Desenvolvimento e Implementação
- Homologação e Promoção para produção (DW)
- Projeto de modelagem dimensional
- Implantação do modelo dimensional
- Criação de camada semântica (BI)

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- DW (Teradata).
- BI (MicroStrategy).
- ETL (Informatica Power Center).

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

PRODUTOS/SAÍDAS

- Dado disponibilizado no DW
- Dado disponibilizado no BI

INDICADORES

- Tempo para disponibilização do assunto no ambiente analítico

PROCESSO

DISPONIBILIZAR PRODUTO NO AMBIENTE ANALÍTICO

FICHA EXECUTIVA DO PROCESSO



CADEIA DE VALOR

DONO DO PROCESSO

Assessoria e Gerência do Ambiente Analítico (**AGAA**)

CLASSIFICAÇÃO

Finalístico

NATUREZA DO NEGÓCIO

Receita

OBJETIVO DO PROCESSO

- Disponibilizar, no ambiente analítico, produto, na forma de relatórios, painéis, documentos, cruzamentos e análises

ANÁLISE DE MATURIDADE

Maturidade

baixa

Aderência de soluções de tecnologia

média

Volume de demanda

alta

Abrangência

alta

Complexidade

alta

Impacto no resultado estratégico

muito alto

POTENCIAL DE SERVIÇOS

(GRAU DE CRITICIDADE)

Básica (de 1 a 1,5)

Média (de 1,5 a 3)

Alta (de 3 a 5)

4,1

ENTRADAS

- Solicitação da Unidade Demandante
- Identificação de Necessidade
- Dados disponibilizados no DW ou BI, a depender da solicitação

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Solicitação/Identificação da Necessidade
- Entendimento da necessidade da área fim, quando for por solicitação
- Geração da especificação do produto, dos cruzamentos e das análises de dados
- Desenvolvimento e Implementação
- Homologação e Promoção para produção
- Liberação de acesso para perfis especificados ou disponibilização do serviço para sistemas externos

PRODUTOS/SAÍDAS

- Na camada do DW: cruzamentos e análises
- Na camada do BI: relatórios, painéis e documentos

ÁREAS ENVOLVIDAS

- Unidade Demandante
- Unidade responsável por gerenciar os dados
- CELEPAR, como entidade responsável pela hospedagem dos dados
- AGAA

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- DW (Teradata).
- BI (MicroStrategy).
- ETL (Informatica Power Center).

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

INDICADORES

- Tempo para disponibilização do produto no ambiente analítico

PARANÁ



GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA FAZENDA



AMF
ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO
FAZENDÁRIA



**RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ**

www.amf.fazenda.pr.gov.br

J A N E I R O 2 0 2 2